



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ELISABETE CHAGAS DOS SANTOS

**O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM
ESTUDO DE CASO COM OS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO
DE JAGUARIBE (BA)**

Salvador
2022

ELISABETE CHAGAS DOS SANTOS

**O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM
ESTUDO DE CASO COM OS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO
DE JAGUARIBE (BA)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Freire Pereira Férriz

Salvador
2022

ELISABETE CHAGAS DOS SANTOS

O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO COM OS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE JAGUARIBE (BA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Freire Pereira Férriz

Salvador, 08 de julho de 2022

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Adriana Freire Pereira Ferriz (Orientadora)
Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal da Bahia

Joelma Mendes dos Santos
Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Profa. Ma. Juliane dos Santos
Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFS)
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

“Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre!” (Romanos 11:36). Agradeço a Deus, pois sem Ele tudo que vivi ou fiz não seria possível, por está comigo em cada etapa da vida, pelo cuidado em cada lugar e ambiente que passei, pelas pessoas que colocou em minha vida e por me dar ânimo e resiliência para continuar, todas as vezes em que pensei em desistir.

Aos meus pais João e Meire. Meu pai agradeço por me fazer acreditar que era capaz e que poderia ser e estudar o que quisesse. Minha mãe, agradeço por ficar ao meu lado em todas as fases, por fazer o possível pra que eu pudesse realizar o meu sonho. Agradeço a vocês que sempre me incentivaram e possibilitaram que eu pudesse estudar. Sei que abriram mão de muitos sonhos para viver os meus.

A minha amada irmã Nanda, que leu e corrigiu tantos trabalhos ao longo da minha graduação, por ter sido o meu lar, me dar seus ouvidos, nos momentos em que precisei de alguém para me ouvir.

Ao meu marido Vinícius, você é a minha primavera, desde que você chegou, você tem sido meu colo, meu ombro para chorar, meu amigo, meu companheiro e meu maior incentivador. Obrigada pela paciência e por me motivar enquanto eu escrevia esse e tantos outros trabalhos.

Aos meus avôs: Maria Augusta, Elisabete e em especial meu avô Louro, apesar de não ter estudado, sempre me incentivou e apoiou, sem você a permanência seria mais difícil. Obrigada por continuar me incentivando a não parar de estudar.

Aos meus tios e tias. Em especial meu Tio Luiz, por ter aberto sua casa para que eu pudesse morar nos primeiros anos da graduação, por ter sido o suporte que eu precisava quando me mudei para Salvador.

Ao meu cunhado Guilherme, que me arrancou muitos sorrisos nos dias difíceis. A minha orientadora Adriana... obrigada por toda orientação e por tornar esse processo mais leve.

A todos os amigos que fiz ao longo da vida e meus companheiros de graduação: Luca, Mari, Lu, Evelyn, Raiane, vocês viveram todo esse processo comigo e ter vocês tornou cada fase mais fácil.

Obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que isso fosse possível.

SANTOS, Elisabete Chagas dos. **O Acesso e a Permanência no ensino Superior: um estudo de caso com os egressos do ensino médio de Jaguaripe (BA).** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa o acesso e a permanência no ensino superior dos egressos do ensino médio da rede de educação pública de Jaguaripe (BA). O objetivo geral foi analisar o acesso e a permanência dos egressos do ensino médio das escolas públicas de Jaguaripe (BA) no ensino superior. Os objetivos específicos foram: mapear a trajetória acadêmica dos egressos do ensino médio de escolas públicas do município de Jaguaripe; analisar o conhecimento que os egressos do ensino médio de escolas públicas tinham sobre as diferentes formas de ingresso para o ensino superior na época em que estavam concluindo o ensino médio; conhecer os fatores que contribuem e as estratégias desenvolvidas para permanência daqueles que ingressaram no ensino superior e identificar o perfil e onde estão inseridos aqueles que ingressam no ensino superior (instituição de ensino, curso, se ainda estão estudando ou já formados). A pesquisa desenvolvida possui uma abordagem de natureza exploratória. Assim, o procedimento metodológico utilizado foi o estudo de caso para uma melhor familiarização dos desafios enfrentados pelos egressos do ensino médio da rede de educação pública de Jaguaripe (BA). O instrumento de coleta de dados foi um questionário do *google forms* com questões fechadas, abertas e dependentes, elaboradas a partir dos objetivos da pesquisa. Os resultados da pesquisa apontam que os egressos do ensino médio de Jaguaripe desejavam continuar estudando e não estavam alheios acerca da importância da continuidade em sua formação, entretanto, cursaram um ensino médio regular que não se mostrou suficiente para assegurar que um número maior de egressos tivessem acesso ao ensino superior, o que levou muitos a recorrerem aos cursos profissionalizantes. Todavia, existe uma minoria que ingressou no ensino superior e possui em comum: ter recebido apoio familiar para ingressar e permanecer no ensino superior, terem sido persistentes para fazer e refazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a natureza da instituição de ensino superior que cursam/ cursaram a graduação (todos estão inseridos na rede privada de ensino). Desse modo, a pesquisa evidencia que é preciso políticas de democratização que ampliem o ensino público, que possibilitem não só o acesso, mas a permanência, e, para isso, é preciso maiores investimentos na assistência estudantil.

Palavras-chave: Trajetória escolar; Assistência Estudantil; Egressos de escola pública.

SANTOS, Elisabete Chagas dos. **Access and Permanence in Higher Education**: a case study with high school graduates from Jaguaripe (BA). 2022. Course Completion Work. Institute of Psychology, Social Work Course, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

This Course Completion Work analyzes the access and permanence in higher education of high school graduates from the public education network of Jaguaripe (BA). The general objective was to analyze the access and permanence of high school graduates from public schools in Jaguaripe (BA) in higher education. The specific objectives were: to map the academic trajectory of high school graduates from public schools in the municipality of Jaguaripe; to analyze the knowledge that high school graduates from public schools had about the different ways of entering higher education at the time they were completing high school; to know the factors that contribute and the strategies developed for the permanence of those who entered higher education and identify the profile and where those who enter higher education are inserted (educational institution, course, if they are still studying or already graduated). The research developed has an exploratory approach. Thus, the methodological procedure used was the case study for a better familiarization of the challenges faced by high school graduates from the public education network in Jaguaripe (BA). The data collection instrument was a google forms questionnaire with closed, open and dependent questions, elaborated from the research objectives. The research results indicate that high school graduates from Jaguaripe wanted to continue studying and were not oblivious to the importance of continuity in their training, however, they attended a regular high school that was not enough to ensure that a greater number of graduates had access to higher education, which led many to resort to vocational courses. However, there is a minority that entered higher education and has in common: having received family support to enter and remain in higher education, having been persistent to take and retake the National High School Exam (ENEM) test and the nature of the institution of higher education who attend/have attended graduation (all are included in the private education network). In this way, the research shows that democratization policies are needed that expand public education, which allow not only access, but permanence, and, for that, greater investments are needed in student assistance.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Número de matrículas por dependência administrativa no Brasil/ 26
- Quadro 2** Número de matrículas por sexo e cor/raça/ 27
- Quadro 3** Curso de graduação em que os egressos estão cursando/49
- Quadro 4** Você precisou mudar de cidade? Condição de moradia do egressos /59
- Quadro 5** Meio de Transporte utilizado pelos egressos para chegar à faculdade/ 50
- Quadro 6** Atividades acadêmicas realizadas pelos egressos /51
- Quadro 7** Natureza da instituição de ensino/ Forma de ingresso/ 58

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro de Educação Tecnológica
CREDOC	Programa de Crédito Educativo
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Educação Superior.
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
Pnaes	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação.
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SciELO	Biblioteca Eletrônica Científica <i>Online</i>
SISU	Sistema de Seleção Unificado
UnB	Universidade de Brasília
Uneb	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	17
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	17
2.2 ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO.....	22
2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR E A QUESTÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA.....	30
3. A TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE JAGUARIFE RUMO AO ENSINO SUPERIOR	40
3.1 A TRAJETÓRIA (ACADÊMICA - ESTUDANTIL) DOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIFE (BA).....	44
3.2 PERFIL DOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIOS DE JAGUARIFE-BA QUE INGRESSARAM NO ENSINO SUPERIOR.....	48
3.3 AS DIFERENTES FORMAS DE INGRESSO PARA ENSINO SUPERIOR DOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIFE -BA.....	56
3.4 FATORES E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	60
4. CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A	70

1. INTRODUÇÃO

A escolha da temática orientou-se a partir das inquietações e da necessidade em compreender como intercorre o acesso e a permanência no ensino superior dos estudantes egressos do ensino médio do município de Jaguaripe (BA), município do qual faço parte, uma vez que a experiência e a vivência de ser uma egressa de escola pública desse município sempre gerou questionamentos pessoais e dúvidas em relação a esse processo. Ademais, levando em consideração que fui a primeira pessoa entre meus amigos a ser aprovada no Sistema de Seleção Unificado (SISU) e a entrar em uma universidade pública e federal, sinto a necessidade de utilizar esse espaço para refletir sobre esse tema.

Desse modo, a partir da minha própria experiência, compreendo que acessar e permanecer no ensino superior, sendo egressa de escola pública e residir em municípios do interior, não é algo fácil. As lutas em acessar e permanecer são diárias e as incertezas nos seguem até a conclusão do curso de graduação. Das certezas que trouxe do início do curso até o presente trabalho foi a de que no meu Trabalho de Conclusão de Curso falaria sobre meu município e a política de educação.

Diante disso, é lícito apresentar: Jaguaripe é um dos municípios localizados no Baixo Sul da Bahia e estende-se por 898,7 km. Inicialmente, denominado Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, por base na Carta Régia de 27.12.1693, sendo a primeira vila do Recôncavo Baiano. Foi elevada à categoria de cidade em 1899, transformando-se de Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe para simplesmente Jaguaripe, alterada pela Lei estadual n.º 296 de 12 de maio de 1899. No ano de 1931, a cidade foi extinta e anexada como subprefeitura ao município de Aratuípe. Neste mesmo ano, os moradores em protesto cobriram toda a cidade de luto, restaurado à situação do município no dia 31 de agosto de 1931 (IBGE, 2021).

Outrossim, a pesquisa teve como ponto de partida os egressos do ensino médio de escolas públicas do município de Jaguaripe (BA), buscando analisar seu acesso e permanência no ensino superior, haja vista que acessar a educação superior é o sonho de muitos estudantes ao concluírem o ensino médio. Contudo, até alcançarem esse objetivo necessitam lidar com muitos desafios e questionamentos, quais sejam: qual curso vão optar? se será feito na rede pública ou privada? saber quais as opções de instituições de ensino superior existentes na cidade de origem, se necessitam se deslocar para outras cidades? quais as formas de ingresso das instituições de ensino? E Sabemos que essas questões são postas a todos os estudantes que desejam ingressar no ensino superior, independentemente da classe social. Entretanto, é

preciso falar que os estudantes oriundos da escola pública e de famílias de baixa renda têm outros questionamentos para além desses apresentados.

Grande parte dos estudantes do ensino médio público é de famílias de baixa renda, muitos nem sabem se conseguirão concluir o ensino médio, devido à necessidade de contribuírem financeiramente em casa, o que implica muitas vezes em desistência escolar. Além do mais, muitos desses alunos vêm de escolas onde o ensino é precário, o investimento público é baixo, com *déficit* que vai desde os professores aos materiais mais básicos e necessários. Logo, esses fatores não contribuem para uma formação qualificada. Dessa maneira, uma formação inadequada e insuficiente limita as condições de acesso desses estudantes ao ensino superior.

Sabemos que o vestibular e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) são as formas de ingresso ao ensino superior no Brasil e, indiretamente, acabam constituindo-se como uma competição, aqueles que obtiverem as melhores notas ingressarão no ensino superior. Mas, como obter a nota suficiente se muitos dos conteúdos expostos nas provas nunca foram sequer socializados com esses alunos supracitados?

Isso acaba, então, se configurando numa competição desigual entre alunos de escolas públicas e privadas. Com essa afirmação não queremos defender o ensino privado, consideramos que a educação formal pública é um direito e que o Estado deve ser o responsável por fornecê-la, mas defendemos uma educação mais igualitária, com qualidade, acessível e para a classe trabalhadora e seus filhos. Educação essa que possibilita e prepara o estudante para o ingresso ao ensino superior, se assim desejarem. Em particular, queremos nos aprofundar nos egressos do município de Jaguaripe (BA), um município do interior da Bahia que não possui nenhuma instituição de ensino superior.

Para acessar essa etapa do ensino, esses egressos necessitam deixar o município e ir residir em outras cidades. Esses estudantes, além dos dilemas apresentados anteriormente, enfrentam outros dilemas: deixar sua família, amigos e cidade, as dúvidas e as dificuldades de refletirem sobre onde vão morar, como vão se manter financeiramente durante os anos de formação, *etc.* Por causa desses fatores, muitos nem acessam a educação superior, pois a falta de recursos financeiros para se manter constitui-se um empecilho. Ademais, julgamos que todo estudante antes de acessar e durante a permanência enfrenta desafios e dificuldades, entretanto, o estudante dos municípios do interior, não somente de Jaguaripe, possui demandas e necessidades particulares, além das já existentes enfrentadas por todos.

Destarte, nosso interesse em estudar essa temática nasce a partir da necessidade de compreender as particularidades e as questões postas a esses jovens, questões essas que podem ser um empecilho no acesso à universidade.

Em acréscimo, a temática “Acesso e Permanência na Educação superior” vem sendo amplamente discutida, e ao realizarmos uma pesquisa em três bancos de acervos bibliográficos, a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), encontramos algumas produções. Para tanto, foram utilizadas na busca as palavras-chave: acesso e permanência no ensino superior, egressos da escola pública.

Assim, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram encontradas 19 produções, destas 13 são dissertações e 6 teses. Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, inicialmente, encontramos 307 produções, após o emprego de filtro (obras apenas em português) e o recorte temporal que compreende os anos de 2010 a 2021, restaram 214 resultados, destes 213 são artigos e 1 tese. Por fim, realizamos a busca na SciELO, ao utilizarmos a palavra-chave não encontramos nenhum resultado, logo, redefinimos a palavra-chave para “Acesso e permanência na educação superior”, obtivemos 36 resultados em português e na área de ciências humanas.

Nessa conjuntura, essa pesquisa pretende contribuir com os estudos que tratam dessa temática, pois a reflexão acerca do acesso e permanência na educação superior dos egressos de escola pública é cada vez mais urgente e necessária. Além de que a Lei nº 12.711, sancionada em 2012, prevê a reserva de 50% das vagas em instituições federais para alunos de escola pública, e metade dessas vagas deve ser destinada a alunos oriundos de famílias com renda per capita de até 1,5 salários mínimos. Nesse contexto, a promoção de estudos e pesquisas sobre as condições dos egressos da escola pública em seu acesso e permanência no ensino superior se constitui fundamental, pois possibilita ampliar a compreensão das múltiplas questões envolvidas nesse processo, além de subsidiar a criação de políticas públicas que possibilitem não só o ingresso, mas a permanência nesses espaços.

Além disso, existe a necessidade de se gerar dados territoriais, já que não foi encontrada nenhuma literatura ou material que trate da temática no município, isto é, não se tem registro dos caminhos percorridos pelos estudantes depois do ensino médio. Desse modo, através das nossas inquietações, esperamos gerar dados concretos a respeito dos egressos do ensino médio de escola pública do município de Jaguaripe, mapeando seu acesso ao ensino superior e analisando os possíveis fatores que podem servir de empecilho para esse acesso e permanência.

Para tanto, o objetivo geral que orientou este trabalho foi analisar o acesso e a permanência dos egressos do ensino médio das escolas públicas de Jaguaripe-BA no ensino superior. Assim, com esse intuito, objetivos específicos foram traçados, a saber: mapear a trajetória acadêmica dos egressos do ensino médio de escolas públicas do município de Jaguaripe; analisar o conhecimento que os egressos do ensino médio de escolas públicas tinham sobre as diferentes formas de ingresso para o ensino superior na época em que estavam concluindo o ensino médio; conhecer os fatores que contribuem e as estratégias desenvolvidas para permanência daqueles que ingressaram no ensino superior; e identificar o perfil e onde estão inseridos aqueles que ingressam no ensino superior (instituição de ensino, curso, se ainda estão estudando ou já formados).

Outrossim, com relação à metodologia utilizada, cabe destacar que foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, pois, de acordo com Yin (2016, p. 30), “através das pesquisas qualitativas podemos estudar o significado da vida das pessoas, nas condições reais de vida, nos possibilitando abranger as condições contextuais em que os sujeitos vivem”. Deste modo, nos interessa, a partir das condições reais da vida, interpretar os discursos e relatos dos egressos do ensino médio de escolas públicas do município de Jaguaripe (BA). Além disso, achamos mais apropriado utilizarmos da pesquisa de natureza exploratória, pois desejávamos nos familiarizar com os desafios enfrentados pelos estudantes no acesso e permanência no ensino superior, para torná-lo ainda mais explícito.

Portanto, considerando o objetivo e a natureza da pesquisa, optamos por um estudo de caso, sobretudo, porque, conforme Gil (2002, p. 54), o estudo de caso “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.”. Assim, consideramos a metodologia de pesquisa mais adequada ao objeto de investigação, pois iríamos partir do município de Jaguaripe (BA) e do distrito de Pirajuia e das localidades de Cações e Mutá, buscando nos aprofundar nos desafios enfrentados pelos egressos do ensino médio oriundos desse local e explorar a realidade dos mesmos, com o propósito de auxiliar no aprofundamento e no conhecimento da temática - Acesso e Permanência no Ensino Superior. A partir desse universo, a amostra utilizada foi uma amostra por conveniência.

Já no que se refere à coleta de dados, o questionário foi escolhido como o instrumento mais apropriado, levando em consideração que estamos vivendo em um momento de restrições do contato físico, devido ao vírus da Covid-19. O questionário possibilita atingir o maior número de participantes sem a necessidade de entrar em contato físico com eles. Outro

fator pertinente é que os egressos do ensino médio de Jaguaripe poderiam estar distribuídos nas mais diferentes áreas geográficas.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2002, p. 121).

Desse modo, o questionário foi elaborado na plataforma *google forms*, possuindo 46 questões, de três tipos: abertas, fechadas e as dependentes. Foram seis questões abertas, quatro questões dependentes e 36 questões fechadas. As questões buscavam identificar o perfil socioeconômico do participante, sua trajetória e perspectiva estudantil e acadêmica, visando também obter conhecimento acerca da visão que tinha do ensino recebido e suas aspirações.

Por conseguinte, o convite para participar da pesquisa e o *link* com o questionário foram enviados a partir do dia 23/03/2022, via *WhatsApp* e *Messenger*, permanecendo aberto durante duas semanas. Nesses dias, o convite foi reenviado diariamente, bem como as respostas ficaram sendo monitoradas, ao findar dessas duas semanas, o questionário obteve 31 respostas. Finalizada a coleta de dados, foi realizada a sua tabulação. Primeiro foi feita uma tabulação manual, utilizando papel e caneta e, posteriormente, uma tabulação eletrônica, utilizando o *Excel*. A partir disso, os dados foram agrupados em tabelas e gráficos, posteriormente, foi efetuado a descrição de cada dado, seguida de uma análise qualitativa relacionada com a interpretação dos dados, que buscou organizar, verificar, revisar, elucidar cada dado de acordo com os objetivos iniciais.

Seguidamente, Heringer (2013) afirma que existe uma baixa qualidade na maioria das escolas públicas de ensino médio, o que dificulta mais ainda os estudantes a ingressarem em uma instituição pública, além disso, existem as dificuldades enfrentadas por quem possui uma menor renda para permanecer estudando, já que embora existam políticas públicas elas são insuficientes para a demanda. Diante disso, foi realizada uma análise para verificar se essa é uma realidade do município de Jaguaripe, trazendo elementos concretos para fomentar o debate.

Nesse sentido, esse trabalho se justifica pela necessidade de conhecer as demandas, as dificuldades e as principais perspectivas desses estudantes que ingressaram ou não puderam ingressar no ensino superior, para que, a partir disso, sejam criadas estratégias que sejam emancipatórias e que permitam a esses estudantes terem o direito de ingressarem e permanecerem no ensino superior.

Para estruturar a exposição, esse trabalho foi organizado em dois capítulos, objetivando analisar a política de educação brasileira, os reflexos da mesma sobre a vida daqueles que desejam ingressar e permanecer no ensino superior, além de apresentar os egressos do ensino médio de escola pública que são do município de Jaguaripe (BA).

A primeira seção buscou pontuar, historicamente, os principais desdobramentos da política de educação no Brasil. Assim, como ponto de partida, nossa análise é feita através das constituições brasileiras e de alguns marcos históricos que foram de grande importância para uma maior democratização do ensino no Brasil. Em especial, falaremos do ensino médio, última fase da educação básica, que influencia de maneira direta a inserção do ensino superior, trataremos de forma crítica como se dá a transição entre o ensino médio e o ensino superior, as leis e políticas criadas que possibilitam ou inviabilizam esse acesso. Por fim, esse capítulo aborda o acesso e a permanência no ensino superior. Ademais, a partir do capítulo, veremos o quanto a educação brasileira avançou, mas reconhecemos que tais avanços ainda não são suficientes já que o ensino superior ainda é um espaço de privilégio.

Por conseguinte, a segunda seção aborda mais de perto a realidade dos egressos do ensino médio de escola pública de Jaguaripe-BA. Nisso, buscamos traçar o perfil dos egressos que entraram no ensino superior, a trajetória acadêmica e estudantil, quais as formas de ingresso e principais estratégias de permanência.

2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Esta seção busca compreender, de maneira histórica, a política de educação no Brasil com o objetivo de situar o processo de formação dessa política no país e seus principais desdobramentos. Nesse viés, o objetivo é situar a política de educação ao longo dos anos, bem como discutir sobre o ensino médio e a sua relação com o tema do acesso e da permanência na educação superior.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao falarmos em educação, nos vem logo à memória os centros e as instituições de ensino, os processos e as etapas de formação que ocupam longos anos e fazem parte do cotidiano de diversos estudantes durante suas vidas. Observamos que, atualmente, no Brasil, o acesso à educação é um direito social garantido pelo Estado, esse assegurado através de lutas

e que ainda hoje não é universalizado. Conquanto, embora assim seja, o acesso à educação ainda é privilégio de uns e tem seu acesso negado a outros.

Nessa conjuntura, a Constituição Política do Império do Brasil, datada do ano de 1824, em seu art. 179, inciso 32, afirma que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. Entretanto, garantir a instrução primária gratuita a todos os cidadãos nesse período significava negar esse acesso à parte da população, já que apenas homens livres possuíam esse título, negros escravizados ou alforriados e índios foram excluídos, uma vez que tinham sua cidadania negada. Logo, ler, escrever e estudar eram uma realidade distante para essa parcela da população, sobremaneira, podemos, ainda, considerar que grande parte da população brasileira nesse período era escravizada e analfabeta.

Não obstante, as instituições de ensino superior, no Brasil, existem desde o ano de 1808. Com a chegada da família real ao Brasil, houve a fundação da Escola de Cirurgia e Anatomia na Bahia, no antigo Colégio Jesuíta (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia). Nesse mesmo ano, fundou-se a escola de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro. A chegada da corte portuguesa para o Brasil torna-se o marco inicial para a criação de um ensino superior em nosso país.

Contudo, apesar de tais avanços, a criação do ensino superior tinha um objetivo específico: formar profissionais que pudessem estar a serviço da própria corte e compor seu quadro administrativo. Acessar, permanecer e ter um diploma significava possuir uma posição privilegiada na sociedade. A educação superior nesse período, então, era um espaço ocupado por homens brancos e filhos da elite brasileira.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, em que pesem as inovações introduzidas por d. João VI, os interesses elitistas da monarquia predominaram; o atendimento às demandas educacionais da aristocracia portuguesa, apontando a preparação de novos quadros técnicos e administrativos, prevaleceu. O ensino superior, de público específico e destinação predeterminada, predominou como preocupação central, em detrimento dos demais níveis, de maneira especial, o ensino primário. Ademais, essa perspectiva já carregava a mentalidade europeia incompatível com a igualdade de oportunidade de instrução para os dois sexos, de modo que ao feminino a instrução restringia-se à doutrina cristã e às artes domésticas (DAVID, 2015, p. 114-115).

Precisamos considerar que estamos falando de um país escravocrata, que não considerava negros, indígenas e pauperizados como cidadãos de direito, que nem ao menos permitia a essa parcela da população acessar o ensino primário, já que não eram ditos como cidadãos e que possuía um ensino superior restrito para uma classe e para um gênero específico, o qual se desenvolvia a passos lentos.

Ademais, entre as Constituições de 1946 e a de 1967, houve a sanção da Lei nº 4.024/1961, que fixa as Diretrizes e a Base da Educação Nacional, sendo esta a primeira Lei de

Diretrizes de Bases da Educação (LDB). Lembramos, ainda, que a Constituição Federal de 1934 já tratava em seu artigo 152 da necessidade da elaboração de um plano nacional de educação. Apesar disso, a elaboração do Plano Nacional de Educação só ocorreu 27 anos depois, com a LDB de 1961.

Dados que corroboram com a tecitura dessa produção textual, pois iniciamos este tópico afirmando que a educação é um direito social garantido pelo Estado, a garantia constitucional do direito à educação só foi possível devido às lutas e aos movimentos pela educação que ocorreram no Brasil. Todavia, entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil viveu sob uma ditadura militar que durou 21 anos. Os anos de 1980 foram marcados pela intensificação das lutas pela redemocratização e institucionalização das demandas educativas. Destacamos a formação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública de 1987, um importante espaço para debater e formular propostas para melhoria da educação nacional, contribuindo, portanto, para elaboração de artigos da nova Constituição. O Fórum defendia uma escola pública e gratuita, sendo de grande relevância:

Teve papel decisivo no processo constituinte e na elaboração dos artigos relativos à Carta Constitucional de 1988. O lançamento do fórum foi acompanhado de um manifesto pela escola pública e gratuita e demandou um projeto de educação mais amplo que não se limitasse apenas as reformas no sistema escolar (GOHN, 2009, p. 27).

No ano seguinte ao Fórum, ocorreu o lançamento do movimento em Defesa da Escola Pública, “retomada do movimentos organizado em 1930 pelos pioneiros da educação” (GOHN, 2009, p. 28). Desse modo, o direito à educação hoje só é possível porque homens e mulheres não se calaram diante das injustiças sociais e da falta de acesso a uma educação pública gratuita e que fosse considerada direito de todos.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, representa um avanço no acesso aos direitos sociais. Assim, de acordo com Borges e Borges (2018 *apud* OLIVEIRA, 2020): “É a expressão, no terreno legal, do mais próximo que já estivemos de um Estado de Bem-Estar Social. Ela é hierarquicamente superior a qualquer outra lei nacional e a partir dela a educação começou a tomar novos rumos junto a uma série de outras normas do Estado.”.

Nesse contexto, a inclusão da educação, enquanto direito social, é resultado de um longo processo de lutas, que trouxe avanços em relação ao acesso, pois ela é tida enquanto direito e, em simultâneo, responsabiliza o Estado por fornecê-la a todos os brasileiros sem qualquer distinção. Nela negros, indígenas, mulheres e outros grupos minoritários possuem o direito de aprender. Mas o que está escrito na lei nem sempre significa fazer parte da realidade

concreta, entre a lei e a efetivação desta, existe um longo caminho. Contudo, a Constituição de 1988, “[...] a Constituição Cidadã, na expressão de Ulisses Guimarães, representou a aspiração de uma nova era, no entanto, a democracia não é um fazer que se consuma na lei; ela se desdobra a partir ou a despeito dela” (DAVID, 2015, p. 124).

Por conseguinte, os anos adiante são marcados por um conjunto de circunstâncias e de disputas políticas que afetam a educação e a nova LDB. O contexto histórico nos mostra que há um palco de luta e disputa. Nas palavras de Fernandes (1998), um jogo de forças entre partidos que afetou o texto final da LDB de 1996. A referida Constituição deu grande relevância às políticas públicas, mas sua aplicabilidade não se consuma apenas no material inscrito, ela se consuma com ações, com projetos. Ainda nas palavras de Fernandes (1998), em 1988, ocorreu a V Conferência Brasileira de Educação e contou com a participação de deputados progressistas, nessa conferência foi aprovado um documento propondo a elaboração de uma nova LDB (os presentes defendiam uma educação pública, gratuita e democrática). Assim, naquele mesmo ano, foi enviado ao congresso o documento contendo o primeiro projeto de LDB. “Em dezembro de 1988 é apresentado ao congresso, a comissão de educação, o primeiro projeto da LDB elaborado pelo deputado Otávio Elisio, baseado em anteprojeto de Demerval Saviani, cuja intenção era entregar um texto ligado aos interesses progressistas” (FERNANDES, 1998, p. 43).

No ano seguinte, iniciou-se as discussões a respeito da nova LDB, no primeiro momento começou a ser elaborado o anteprojeto de lei, etapa que durou até dezembro de 1989, com a participação de várias entidades, dentre elas o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, pelo qual “começa a tomar corpo um texto que tem a marca coletiva” (FERNANDES, 1998, p. 43). O que se vê é um documento que foi construído coletivamente e de forma democrática, entretanto, em 1990, a comissão responsável e as representações políticas foram alteradas, a força política tinha trocado de mãos. E, em meio ao jogo político, a troca de mãos do poder, decisões e documentos podem sofrer alterações.

Em julho de 1990, o projeto foi aprovado e, após sua aprovação, é enviado à comissão de finanças, entretanto, é a partir desse momento que o projeto passa a sofrer alterações. Fernandes (1998) destaca que a relatora do projeto era uma defensora dos interesses privatistas, e até o mais leigo dos homens, a partir dessa informação, sabe que um documento que defende uma educação pública e gratuita não seria aceito em sua totalidade por alguém que defende interesses contrários a este. Desse modo, o texto original sofreu alterações, e, em 1991, foi encaminhado à câmara dos deputados. Entre idas e vindas, a negociação junto a comissão de educação não foi concluída, sendo assim, a nova LDB só voltou a ser discutida

em 1992. Essa situação reflete a afirmação que já foi feita anteriormente por nós: A educação é um palco de lutas e disputas. A nova LDB passou a ser discutida no senado em 1993, logo após sua aprovação na câmara.

Em junho de 1993, o projeto da nova LDB aprovado na câmara começou a ser discutido na Comissão de Educação do Senado. Encaminhadas as emendas pelos parlamentares e ouvidos os diversos segmentos, o substitutivo Cid Sabóia é apresentado ao Senado em Dezembro de 1994, cotando com 131 artigos e XIX capítulos (FERNANDES, 1998, p. 44).

Nesse período, o então senador Darcy Ribeiro propôs um novo projeto, sem considerar as negociações ocorridas anteriormente. Fernandes (1998) afirma que um novo projeto foi aprovado pelos senadores em 1996, projeto elaborado a partir desse “primeiro substitutivo”. Percebemos que não foram poucas alterações feitas pelo senado para aprovar o projeto, já que foram inseridas 57 emendas. Após ser aprovado pelos senadores, o projeto de Darcy Ribeiro recebeu tanto apoio que, quando retornou à câmara dos deputados, não houve um veto e foi aprovado, apesar de ter sofrido tantas mudanças. De acordo com Fernandes, diferente da tramitação da LDB, o projeto “Darcy Ribeiro” não teve participação dos grupos organizados ligados à educação em sua elaboração. Logo, a vontade de poucos prevaleceu sobre a de muitos.

David (2015) situa que a Lei n. 9.394/96 “é a materialização do reconhecimento da educação enquanto direito social, nela estão contidas as diretrizes de base da educação nacional, que buscou aprofundar o que tinha na Constituição de 1988”. Entretanto, não podemos negar que ela ignora a participação popular e as vozes dos que defendiam uma educação pública e gratuita, seu resultado final que é comemorado hoje por nós poderia ter tomado um caminho distinto, um caminho que não deixasse lacunas para que o Estado se isentasse da sua responsabilidade e obrigação, um caminho que não permitisse que grupos privatistas fizessem da educação uma mercadoria que gerasse altos lucros para si.

Dessarte, a nossa mais nova LDB possui 25 anos. Nela a educação escolar compõe-se de: I — educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II — educação superior. Em acréscimo, de acordo com Borges e Borges (2020), as transformações do ensino no nível superior tiveram como peça fundamental a LDB de 1996, e buscaremos focar nesse nível de ensino, então.

O art. 43 da LDB informa quais as finalidades dessa fase do ensino: formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, para estarem aptos para se inserir em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade, incentivar a divulgação dos diversos conhecimentos que constituem patrimônio da humanidade, incentivar

o trabalho de pesquisa e investigação científica, atuar em favor da universalização e no aprimoramento da educação básica, mediante formação de profissionais.

A LDB de 1996 traz consigo avanços em organização, autonomia, direitos de docentes e discentes das instituições superiores. Entretanto, o ponto que nos chama atenção é o art. 55, objetivo em afirmar: “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. Em teoria, a União deve fornecer recursos suficientes para o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES), mas a efetivação não se dá dessa maneira, já que historicamente não são dadas condições suficientes para que as instituições se mantenham.

Diante disso, o que notamos são, cada vez mais, cortes no orçamento que prejudicam seu desenvolvimento e manutenção. A política educacional¹ no Brasil sofreu avanços, os quais, todavia, já nasceram sofrendo ataques, que não foram sofridos apenas pela educação, mas pelas políticas sociais em sua totalidade.

Ademais, o Estado, após crise capitalista iniciada a partir de 1970, passou por mudanças, o capital precisou dar respostas, o que gerou transformações e consequências, as quais atingiram diretamente a classe trabalhadora e seus direitos. “Nesse cenário, ocorreu paralelamente uma redução dos investimentos nos sistemas de proteção social comparativamente aos anos anteriores, provocando uma queda na qualidade desses serviços” (SILVA, 2012, p. 108). Todos esses fatores fazem parte de uma ideologia neoliberal, uma ideologia útil ao capital, já que defende uma redução das intervenções e regulamentação estatal.

Nessa perspectiva, conforme os neoliberais, o Estado deve ser reformado, diminuindo os seus “gastos” em saúde, assistência social, previdência, educação, *etc.* Para isso, deve privatizar e perder o controle de empresas até então estatais. Um Estado mais ausente para os trabalhadores e seus direitos, mas, um Estado mais presente para o capital, onde quem dita as “regras do jogo” é o próprio mercado. O capital propaga o neoliberalismo, com a intenção de aumentar seu poder político, econômico e social, derrubando, assim, as regulamentações que impedem seu crescimento e o lucro aos capitalistas.

Quanto a essa ideia, infelizmente, esse processo tem levado a transformação da educação pública, empurrada a cada dia para a privatização. Além disso, é percebido que nas

¹ As políticas educacionais dizem respeito a todas as propostas e ações, quer no sentido amplo dos planos de educação, quer no espaço escolar, notadamente nos limites da sala de aula. Em que pesem suas especificidades (DAVID, 2015, p. 112).

constituições anteriores existia um incentivo às instituições privadas, mas em nossos dias a educação tem sido posta enquanto mercadoria capitalista, já que há um crescimento das instituições privadas, tanto em números de instituições quanto no aumento das ofertas de vagas no ensino superior.

O financiamento que deveria ser para as instituições públicas está indo para as instituições privadas. Conforme Kowalski (2012), o governo incentiva a política privatista, sob a aparência de acesso e democratização das IES, se utilizando do discurso de modernização, mas é um processo de esvaziamento da estrutura e da finalidade das universidades.

Outrossim, pós-Constituição de 1988, a educação superior passou por mudanças nunca vistas antes, e foram surgindo cada vez mais legislações que iremos nos aprofundar futuramente, mas que consideramos pertinentes serem citadas, já que fazem parte da historicidade da política de educação, a saber:

- a) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado através de medida provisória, em 1999, e convertida na Lei nº 10.260/2001;
- b) Programa Universidade para Todos (PROUNI) - Lei nº 11.096/2005;
- c) Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) - Decreto nº 6.096/2007;
- d) Lei de Cotas - Lei nº 12.711/2012;
- e) Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Instituições Federais - Decreto nº 9.034/2017.

Todas essas leis e decretos fazem parte da história da política de educação do nosso país, que sofreu avanços e retrocessos ao longo de sua história, os quais possibilitaram o acesso da classe trabalhadora nesse espaço, mesmo existindo retrocessos que impossibilitam sua permanência.

2.2 ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA: ENSINO MÉDIO

Conforme mencionado anteriormente, a educação no Brasil compõe-se de dois níveis: I- educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II- educação superior. Entre os 04 aos 17 anos, a frequência na escola é de natureza obrigatória (PNE, 1996). É fato que, diante disso, não podemos falar de acesso à educação superior sem considerarmos a educação básica, em especial, o ensino médio. A Lei nº 13.005/2014

instituiu um novo Plano Nacional de Educação (PNE), o plano tem vigência de 10 anos, dessa forma, as metas e diretrizes contidas devem estar em vigor até o ano 2024.

O PNE possui algumas diretrizes a serem cumpridas: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, melhoria da qualidade da educação, formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país e entre outras.

O cumprimento dessas metas é de responsabilidade da União, dos Estados e Municípios, que devem atuar de forma colaborativa e articulada para que haja uma melhoria na qualidade do ensino no país. Além das diretrizes, existem 20 metas que devem ser cumpridas durante os 10 anos. No que se refere ao ensino médio, a meta três do PNE (2014, p. 01) afirma: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”. De acordo com a situação das metas dos planos de educação, o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta escola ou já concluiu a educação básica 84,3%, já o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação completa é de apenas 55,3% embora a meta prevista seja de 85%. Os referidos dados são do relatório da linha base de 2018 - não conseguimos encontrar dados mais recentes, logo, não podemos afirmar que houve um avanço nesse sentido.

Ademais, sabe-se que a educação deve ser financiada pela União, Estado e Municípios e existe um fundo específico para essa finalidade desde 1996. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997. Sua implantação ocorreu somente em janeiro de 1998.

Em acréscimo, isso contaria com recursos dos três níveis administrativos do país, 15% dos recursos deveriam ser destinados para essa finalidade, tendo que obrigatoriamente serem aplicados para manutenção do ensino fundamental e na valorização do magistério. A distribuição dos recursos deveria ser proporcional ao número de matrículas realizado a cada ano nas escolas, e deveria considerar os níveis de ensino, os tipos de estabelecimentos e seus respectivos custos (FUNDEF, 1996).

Além disso, o grande avanço para a educação é que passou a existir um fundo específico para essa etapa da educação básica. O FUNDEF é substituído em 2007 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494/2007. Desse modo, agora o fundo não seria apenas destinado ao ensino fundamental, mas a toda educação básica, da creche ao ensino médio (a inclusão do ensino médio representa um avanço) e contaria com, no mínimo, 25% dos recursos. O fundo possuía duração máxima de até o ano de 2020, sendo necessário promover a redistribuição de recursos da educação pelo país.

Quando chegou em 2020, através da Lei nº 14.113, o novo FUNDEB foi regulamentado, e uma das grandes alterações é a Proposta e Emenda Constitucional (PEC) 15/15, que tornou o FUNDEB permanente e elevou a participação da União no financiamento da educação. Logo, é através da emenda constitucional 108, de 2020, que a Constituição é alterada para estabelecer

Critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências (PLANALTO, 2020, p. 1).

Além de tudo, salientamos que o PNE (2014-2024) possui uma meta específica para o financiamento da educação, a meta 20 estabelece “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio” - não foram encontrados no site do PNE informações a respeito dos avanços para o cumprimento dessa meta.

Diante do já apresentado, é fato dizer que ocorreram muitos avanços no âmbito da educação básica em nosso país, os fundos para financiamento, o PNE são alguns exemplos disso. Mas, nos interessa, nesse momento, retratar a respeito do ensino médio brasileiro, visto que se constitui como a última fase da educação básica, possuindo duração mínima de 3 anos (de modo regular), sendo a etapa que antecede a inserção no ensino superior, já que para acessá-lo é necessário concluí-lo ou um ensino equivalente.

Entretanto, embora seja um direito, o acesso ao ensino médio não é alcançado por todos os jovens e adultos brasileiros, apesar do avanço em número de matrículas, posto que ainda não atingimos nem a meta estabelecida pelo PNE 2014-2024, tampouco a qualidade do ensino e a estrutura das escolas à maneira mais adequada. Quanto a isso, Krawczyk (2009, p.

5) declara: “no acesso e na garantia da qualidade no ensino médio atingem de maneira mais perversa a população pobre do país. As análises indicam ausência de políticas efetivas que mudem este quadro.”.

Nesse contexto, sabemos que, apesar das mudanças ocorridas, a desigualdade de acesso e a qualidade do ensino proporcionado a ricos e a pobres no Brasil ainda são distintas (dualista), a democratização da escola pública foi tardia em nosso país, e sentimos os efeitos disso até os dias atuais. Não podemos negar que houve uma expansão, mas não podemos afirmar que o ensino médio é universal, já que como vimos ainda não atingiu a todos e em especial os jovens entre 15 e 17 anos. Além do acesso, a permanência é difícil, sejam por fatores econômicos, a falta de incentivo e os meios para permanecerem, muitos acabam sendo reprovados ou desistem antes da conclusão (veremos a seguir que o número de matriculados diminui a cada novo ano do ensino médio).

Para alguns setores sociais, cursar o ensino médio é algo tão natural quanto comer, tomar banho etc. E, muitas vezes, sua motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa (seja por parte dos pais ou pelo ingresso na universidade). A questão está naquele grupo social para o qual o ensino médio não faz parte nem de seu capital cultural nem de sua experiência familiar e, por isso, o jovem desse grupo, geralmente não é cobrado para continuar estudando. É aí que está o desafio de criar a motivação pela escola (KRAWCZYK, 2009, p. 9).

Muito se avançou no sistema educacional brasileiro, entretanto, precisamos de políticas públicas mais efetivas, políticas que levem não apenas ao cumprimento das metas e diretrizes do PNE, mas que alcancem a todos, a ponto de universalizar a educação. Dessa maneira, para concluir, consideramos de extrema importância trazer um panorama do ensino médio no Brasil e na Bahia (estado de estudo dessa pesquisa). Assim, os dados tiveram como fonte o censo da educação básica de 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Primeiramente, o censo da educação básica contém informações fundamentais para podermos compreender a situação escolar no país, consideramos ser de extrema importância recorrermos a esses dados, já que o mesmo pode nos trazer alguns diagnósticos a respeito da educação brasileira. Ao analisarmos o censo, concluímos que seria pertinente trazer informações a respeito do número de matriculados no ensino médio, número de matrículas por dependência administrativa do Brasil, número de matriculados considerando sexo, raça/cor. Optamos, então, por trazer tais informações em alguns quadros construídas a partir dos dados contidos no censo da educação básica de 2020.

Ademais, o número de pessoas que tiveram acesso ao ensino médio no Brasil, considerando o ensino médio propedêutico, o ensino médio normal/magistério e o curso técnico integrado (ensino médio integrado) teve um total de 7.550.753 alunos matriculados.

Considerando que as escolas brasileiras podem estar subordinadas a diferentes esferas administrativas: federal, estadual, municipal e a privada. A primeira tabela vai tratar a respeito do número de matriculados nos três primeiros anos do ensino médio e o quantitativo de cada dependência administrativa. No 1º ano tivemos 2.957.549 alunos matriculados, no 2º ano foram 2.446.667 e no 3º ano 2.057.270. Como podemos perceber, o ano que mais ocorreu matrículas foi o 1º ano e a esfera estadual se destacou enquanto principal responsável pelo ensino médio no país, podemos observar isso no quadro a seguir.

Quadro 1: Número de matrículas por dependência administrativa no Brasil

Dependência administrativa	1º ano	2º ano	3º ano
Federal	82.485	66.164	57.796
Estadual	2.526.731	2.058.892	1.710.344
Municipal	15.038	13.118	11.066
Privada	333.295	308.493	278.064
Total	2.957.549	2.446.667	2.057.270

Fonte: Censo da Educação Básica, 2020.

A partir do Quadro 1, podemos observar que o 3º ano foi o ano em que menos ocorreram matrículas e que a esfera privada supera o número de matriculados da dependência administrativa municipal.

Além dos números dos matriculados, precisamos considerar o número de matriculados por sexo e cor/raça, pois é de suma importância saber qual é o perfil dos alunos que estão cursando o ensino médio. No quesito sexo: tivemos 3.894.659 matrículas realizadas pelo sexo feminino, enquanto no masculino foram 3.656.094. O sexo feminino possui o quantitativo de 238.565 matrículas a mais que o masculino. Existem mais matriculados que se autodeclararam pardos, e a maioria pertence ao sexo feminino. Os autodeclarados amarelos realizaram menos matrículas. Diante disso, o que chama atenção é o baixo número de matriculados autodeclarados pretos, pois foram apenas 146.827 do sexo feminino e 139.407 do masculino.

Outro fator que chama atenção é a quantidade de matriculados que não declararam a sua cor/raça um total de 1.855.210, conforme detalhado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Número de matrículas por sexo e cor/raça no Brasil

	Feminino	Masculino
Total	3.894.659	3.656.094
Não declarada	951.288	903.922
Branca	1.291.496	1.215.804
Preta	146.827	139.407
Parda	1.417.416	1.364.788
Amarela	13.986	12.835
Indígena	19.646	19.338

Fonte: Censo da Educação Básica, 2020.

Os quadros acima revelam que os governos estaduais são os maiores responsáveis pelo ensino médio em nosso país, dado que a maioria das matrículas é realizada nas instituições estaduais, as instituições municipais são as que menos realizam matrículas no ensino médio e perdem até para as instituições privadas. Além do mais, o sexo feminino é o que mais se matricula, assim como a população autodeclarada parda, logo, ao somarmos junto com a população preta totalizam-se 3.068.438 matriculados. Notamos também que a cada ano do ensino médio o número de matrículas diminuiu de maneira considerável, o que pode significar desistência escolar ou repetência. Na rede pública, na 1º série do ensino médio, a taxa de repetência é de 15,2%, na 2º 8,5 e na 3º 4,5%, números esses que são bem menores na rede privada: 1º série 6,4%, na 2º é de 2,5% e na 3º 0,8%. Percebemos, assim, que no primeiro ano do ensino médio, o ano de transição do ensino fundamental é o que tem levado mais alunos a repetirem o ano. A taxa de desistência do ensino médio na rede pública é de 6,7% e na rede privada de 2,1%.

Em acréscimo a isso, conforme Silva,

Acreditamos que os baixos índices de jovens que concluem o Ensino Médio no Brasil têm como uma das explicações possíveis a “estimativa inconsciente” ou consciente das suas possibilidades concretas de obter sucesso, não somente acadêmico, mas social, por meio do esforço dedicado à escolarização. Nesse sentido, a percepção, por esses jovens, do expressivo contingente de pessoas que não concluem ou, por diversas razões, são impedidas de concluir a educação básica, promove de certo modo uma “naturalização” dessa situação – uma dinâmica que

acaba se configurando como um círculo vicioso de percepção da exclusão/autoexclusão/manutenção da exclusão (SILVA, 2015, p. 186).

Dessarte, a “idade ideal” de frequência no ensino médio é entre os 15 aos 17 anos. Contudo, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018, 15% dos jovens brasileiros nessa faixa etária não fazem parte do universo escolar, já na Bahia 10% desses jovens não frequentam a escola. O sexo masculino é o que mais frequentava, 43,6%, enquanto as mulheres tinham um percentual de 41,4% (PNAD, 2018). Embora seja obrigatória a frequência à escola desses jovens, existe um número grande de alunos que está fora desse ambiente, possíveis fatores podem contribuir com essa ausência: desigualdade de acesso, as condições socioeconômicas e culturais. Sabemos que tais questões podem ser determinantes, principalmente as questões socioeconômicas, pois existe historicamente em nosso país uma desigualdade social que gera privação de direitos e o acesso à educação é um deles.

A distância entre ricos e pobres no Brasil continua favorecendo a disseminação de sujeitos de segunda classe, privados dos direitos fundamentais – saúde, educação, habitação etc. A esses sujeitos não é proporcionada a possibilidade de se configurarem como cidadãos plenos, status que ademais é exigência de uma sociedade que se quer democrática (SILVA, 2015, p. 178).

Diante dessa realidade, não basta apenas afirmar que existem tais direitos, é necessário garantir que eles possam ser efetivados de maneira plena pelos indivíduos. Logo, afirmar que é obrigatório a frequência escolar nessa faixa etária e não garantir meios para que esses estudantes frequentem, levando em consideração as questões socioeconômicas familiares dos mesmos, é o mesmo que não dar atenção às desigualdades sociais em nosso país. Sabemos que a falta de recursos familiares levam os jovens a se inserirem no mercado de trabalho de maneira precoce.

Desse modo, é necessário criar políticas e meios que levem em consideração as condições de vida dos estudantes, não é somente abrir vagas, afirmar obrigatoriedade na frequência, criar mecanismos de acesso e esquecer de gerar possibilidades de permanência, já que a vulnerabilidade social pode levar a desistência escolar. Posto que, dentre as opções de vida, a necessidade de comer e sobreviver “fala mais alto” no processo de escolha dos estudantes, principalmente quando não se tem perspectiva de sucesso acadêmico ou social. Diante dessa realidade, é lícito dizer que não ofertam meios de permanência e depois culpabilizam-se os sujeitos pela evasão escolar.

Em acréscimo, Silva (2015) destaca que, no processo de inserção do Estado na promoção de políticas educacionais mais efetivas, existe um processo de individualização das responsabilidades, logo, a responsabilidade é do aluno, do professor, da escola, da direção,

esses são sempre os culpados pela má qualidade do ensino, pela falta de aprendizagem e até mesmo pela evasão. Mas, sabemos que o Estado não investe em políticas adequadas de maneira que sejam suficientes e atinjam a todos os indivíduos. Contudo, por mais que assim seja, a culpa raramente é da falta ou da efetividade dessas políticas, são, na verdade, transferidas para os sujeitos as responsabilidades pelo fracasso educacional, sem levar em consideração a totalidade da vida dos indivíduos.

Diante disso, é necessário um olhar direcionado para as questões das desigualdades existentes do ambiente escolar, pois as mesmas dificultam o acesso à educação e têm sido, em muitos casos, um empecilho para a permanência e, posteriormente, a conclusão do ensino médio. Políticas que desconsideram as condições de vida dos estudantes geram, portanto, exclusões daqueles que precisam entrar no mercado de trabalho e estudar ao mesmo tempo, isso, normalmente, àqueles jovens de escola pública e com baixa renda familiar, pois as desigualdades sociais são acentuadas e impactam na sua educação.

Corroborando ao já mencionado Silva (2015, p. 182):

Cumpra aqui retomar o problema da necessidade de um investimento intenso em políticas sociais que se configuram de fato como universais. Faz-se necessário garantir uma redução drástica da desigualdade social que segue caracterizando a sociedade brasileira. Na educação, isso significa universalizar a Educação Básica e pelo menos dobrar o acesso à educação superior.

Para acessar a educação superior, é preciso passar e concluir a educação básica. Para tanto, existem vários desafios a serem superados para que o aluno conclua de maneira que ele tenha possibilidade de prosseguir com os estudos, se assim desejar. Posto que, como já mencionado, a educação é um direito de todos, de acordo com a Constituição, logo, é preciso investimentos para que esse direito seja garantido por todos de maneira igualitária.

Ademais, a universalização da educação só é possível se forem garantidos qualidade de ensino e meios de permanência. Todavia, o investimento público total em educação (para o ensino médio) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 2017, foi de apenas 1,2%, desse modo, baixos investimentos significam qualidade de ensino reduzida, educação focalizada e desigual.

Nesse viés, precisamos considerar que uma má formação na educação básica ou sua desistência dificulta e impossibilita a inserção e a permanência no ensino superior. Para ingressar no ensino superior, é preciso terminar a educação básica e só tem acesso às universidades públicas quem realiza o vestibular ou o Enem (falaremos posteriormente). Conquanto, essas avaliações exigem um alto grau de conhecimento, alguns dos assuntos

contidos nessas avaliações nunca sequer foram socializados ou aprendidos de forma adequada pelos estudantes da rede pública. Dessa maneira, os egressos da rede pública tendem a sentir maiores dificuldades de compreender alguns assuntos, já que não foram aprendidos na educação básica, gerando a necessidade de fazer o resgate dos conteúdos.

No Ensino Médio, de cada 100 alunos que ingressam na escola, apenas 65 concluem aos 19 anos. Ao final desta etapa de ensino 29,1% têm aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 9,1% em matemática. Dados preocupantes considerando que os estudantes passaram no mínimo 12 anos na escola e deveriam ter consolidado conhecimentos básicos (SANTOS; SOUZA, 2021, p. 16).

Outrossim, acessar a educação básica não significa permanecer e concluir, assim como concluir não significa ter uma aprendizagem adequada. Os números de jovens que não concluem o ensino médio na idade considerada adequada é expressivo, assim como o número de estudantes que concluem a educação básica com *déficit* na aprendizagem e, posteriormente, vão vivenciar dificuldades no ingresso ao ensino superior. Deste modo, reforçamos a necessidade de o Estado criar políticas públicas que alcancem os estudantes e diminuam a exclusão e as desigualdades socioeconômicas.

2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR E A QUESTÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA

Partindo do princípio que o ensino médio e o superior se constituem enquanto fases distintas na vida de um estudante, no meio dessas fases existe o período de transição, que pode ser vivido em um curto espaço de tempo. Quanto a isso, alguns conseguem acessar ao ensino superior logo que concluem o ensino médio, entretanto, para outros, esse caminho é, foi e/ou será mais longo.

Nessa passagem, encontramos o que chamaremos de pontes, que são necessárias ser percorridas, sem elas não há transição. Antes de acessar o ensino superior, quem concluiu o ensino médio precisa passar pelo vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ou pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), ou pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), uma ou duas dessas pontes no mínimo serão percorridas. Essa travessia que mexe com as emoções, muitas vezes, tira o sono. Não se trata apenas de uma prova ou programa, se trata do sonho, do futuro, já que alguns estudantes apostam no diploma superior como forma de mudar a realidade econômica de suas famílias.

Consideramos que todas as modalidades de travessia citadas acima são “competições”, já que existe um número limitado de vagas e aqueles que obtiverem as melhores notas terão mais oportunidades de ingresso. Dito essas coisas, creio ser pertinente falarmos dos programas, das modalidades de ingressos, das leis e diretrizes que perpassam a transição entre o fim do ensino médio e o ingresso no ensino superior no nosso País.

O vestibular funciona basicamente como um concurso, o próprio decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971, o classifica dessa maneira: “concurso vestibular para admissão em cursos superiores de graduação”. Além disso, o consideram como uma etapa classificatória, aquele que deseja realizar a inscrição paga para fazer a prova ou solicita isenção. Ademais, quanto ao número de questões, ao período do ano que vai acontecer a prova, à quantidade de etapas variam dependendo da instituição. Desse modo, durante muitos anos, essa era a principal forma de ingresso, que vem perdendo cada vez mais espaço para o ENEM, o qual não deixa de ser um vestibular, já que é uma porta de entrada, um exame admissional.

O Exame Nacional do Ensino Médio, mais conhecido como ENEM, pode ser considerado, atualmente, a maior porta de entrada para as universidades brasileiras. Foi iniciado em 1998, possuía como finalidade avaliar o desempenho escolar dos alunos que estavam concluindo o ensino médio. De acordo com o INEP, no ano de 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado enquanto ferramenta de acesso à educação superior. As notas do Enem possibilitam a inscrição no Prouni, no SISU e em algumas instituições portuguesas, além de poder ser usada para pleitear o financiamento estudantil em programas governamentais, a exemplo, o do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). A prova acontece em dois dias e é dividida em quatro áreas de conhecimento e possui 180 questões, além de uma redação. Importante destacar que, em 2005, a Lei de institucionalização do Prouni no art. 3º afirma que os estudantes beneficiados com o programa seriam pré-selecionados pelo resultado do ENEM.

Entretanto, é necessário tecermos uma crítica ao sistema educacional brasileiro, já que alguns assuntos abordados nessa prova, de alta relevância, usada enquanto ferramenta de ingresso, nunca sequer foram vistos ou estudados por muitos estudantes. O ENEM surge como ferramenta de avaliação dos estudantes e das escolas em que estão inseridos, uma prova igual para todo Brasil, focada no resultado final, mas que não leva em consideração o processo de formação de cada estudante e a realidade socioeconômica e regional que cada escola e aluno estão inseridos. Além disso, não consideram as condições materiais e psicológicas de cada estudante durante a realização da prova.

Ademais, ao tempo que se apresenta enquanto um instrumento de democratização da educação superior, já que é a principal ferramenta de acesso ao SISU, Prouni e Financiamento Estudantil, é um meio de classificar os estudantes e suas escolas, a partir de uma única prova; é um meio de selecionar aqueles que podem ingressar no ensino superior, sem levar em consideração todo processo educacional; que se diga de passagem, é bastante excludente, limitando, assim, o direito à educação superior.

Agora que já abordamos sobre as duas principais provas realizadas em nosso país, falaremos a respeito de alguns programas e legislações que possibilitaram a expansão do ensino superior e uma maior democratização do acesso. Assim, essa abordagem será feita por ordem cronológica.

O Fundo de Financiamento Estudantil foi criado em 1999 e foi instituído no ano seguinte pela Lei nº 10.260. Antes dele, o Brasil possuía um Programa de Crédito Educativo (CREDUC), criado em 1975, e concedia empréstimos para custear despesas de estudantes obtidas durante a graduação. No ano de 1999, nasce o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, que foi substituído pelo Fundo de Financiamento Estudantil, conhecido como FIES. O objetivo do Fies é conceder financiamento para que estudantes cursarem o ensino superior em instituições privadas que fazem parte do programa. O fundo era operacionalizado apenas pela Caixa Econômica Federal, mas em 2010 tornou-se responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE). Por um lado, é a possibilidade de cursar uma instituição privada e ter as mensalidades financiadas durante a graduação, por outro lado é uma dívida que necessitará ser paga ao final da graduação, o que gera incertezas, já que o diploma de graduação não garante o acesso ao mercado de trabalho.

No ano de 2005, através da Lei nº 11.096, foi sancionado o Programa Universidade para Todos, que oferece bolsas integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior. Para tanto, existem alguns requisitos para a sua obtenção: não possuir diploma de nível superior, ter cursado o ensino médio em escolas públicas ou como bolsistas em escolas privadas, a renda familiar também é um requisito. O estudante recebe a bolsa, o Estado fornece mais vagas de acesso, mas as instituições que aderem ao programa são beneficiadas e ficam isentas de alguns impostos: Contribuição social para financiamento de seguridade social, contribuição social sobre lucro líquido e *etc.*

No primeiro momento, quando olhando apenas o superficial, pensamos que se trata apenas de mais um programa de democratização do acesso, mas, ao analisarmos, percebemos que as instituições privadas lucram e muito com a isenção tributária. Diante disso, tal

programa reflete os baixos investimentos em educação pública e reforça a ideia da privatização do ensino enquanto solução dos problemas de acesso.

Ainda que o problema de acesso seja resolvido para muitos estudantes, que são aprovados e recebem as bolsas ofertadas pelo programa, a permanência não é garantida. Dessa forma, precisamos levar em consideração que, para receber a bolsa integral, a renda familiar mensal per capita desse estudante não pode exceder o valor de um salário mínimo e meio. Logo, o que presenciamos são alunos de baixa renda em instituições privadas que não disponibilizam assistência estudantil ou sequer tenha alguma política interna voltada para essa finalidade.

Deste modo, auxílios, como transporte e moradias, acabam não sendo a realidade dos estudantes que estão nessas instituições. Mesmo com bolsa, estudar ainda custa caro, o que leva estudantes a conciliarem trabalho e estudo ou ter familiares se sacrificando para mantê-los dentro da instituição. Conquanto, o Prouni trouxe a possibilidade de estudar há muitas pessoas de baixa renda, não podemos negar, assim como não podemos esquecer que trouxe vantagens para as instituições privadas, além de ser um meio do Estado se isentar da assistência estudantil que deveria ser prestada a esses estudantes.

Outrossim, o ano de 2007 é marcado pelo Decreto nº 6.096, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O plano possui como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior a partir do aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos das universidades, com isso, reduzir taxas de evasão, mobilidade acadêmica, construir e adequar novas estruturas e elevar o número de concluintes.

O plano afirma manter o princípio de autonomia das universidades, as que desejassem aderir ao programa deveriam solicitar seu ingresso, com isso receberiam os recursos para atingir o objetivo previsto. Assim, em acréscimo, Senkevics (2021) afirma que nos 10 anos seguintes foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 campus foram abertos, essa expansão se deu principalmente nas cidades do interior, além disso, os números de matriculados nas instituições federais duplicaram, acompanhado a isso também se observou a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da Lei nº 11.892 de 2008, o que contribui para a expansão do setor público. Outro fator que contribuiu para a expansão do setor público foi o Sistema de Seleção Unificada, uma plataforma digital desenvolvida pelo Ministério da Educação no ano de 2010, que realiza uma seleção a partir das notas do Enem para ingresso em instituições públicas de ensino.

Para mais, um marco importante, polêmico e que tem gerado debate é com a sanção da Lei nº 12.711, de agosto de 2012, popularmente conhecida como lei de cotas. Um marco, pois, tem gerado mudança no perfil dos universitários brasileiros; polêmico, já que tem gerado diversos debates e controvérsias por parte daqueles que questionam sua real necessidade. Mas, um fato que não podemos negar é que a lei de cotas tem garantido mais acesso às instituições públicas de ensino superior para estudantes egressos da escola pública, de baixa renda, negros indígenas e pessoas com deficiência. Diante disso, essa tem ofertado a possibilidade para que grupos marginalizados socialmente e que durante anos tiveram seu direito à educação negado acessem ao ensino superior. Aos poucos, a lei de cotas tem garantido o direito de ocupar esse espaço que deve ser de todos, que é nosso.

Como já citado, a educação é um espaço de luta, que durante séculos foi ocupada exclusivamente pela elite brasileira, logo, reformas estruturais que garantam mais acesso a grupos socialmente marginalizados não passariam sem gerar polêmicas, já que em nosso país é feito o possível para minimizar as desigualdades sociais que é gritante. Nessa perspectiva, uma lei que garanta acesso a esses grupos seria alvo de constantes questionamentos e tentativas de diminuir sua importância.

Não obstante, de fato seria muito bom se: não necessitarmos das ações afirmativas²; que vivêssemos em um país com igualdade de acesso e permanência; em um país que não excluísse negros, alunos de baixa renda, pessoas com deficiência *etc.*; que ofertasse uma melhor educação a todos; e que, desse modo, todos pudessem disputar as provas admissionais das universidades nas mesmas condições educacionais e sociais. Gostaríamos que essa fosse nossa realidade, entretanto, estamos ainda longe disso, logo, as ações afirmativas são importantes e necessárias.

Em acréscimo, Has e Linhares (2012) afirmam que houve muitas iniciativas de ações afirmativas voltadas para o ensino superior no Brasil, mas que em 2003 é que a discussão sobre o sistema de cotas nas universidades brasileiras toma nova direção. As leis estaduais nº 3.524/2000 e nº 3.708/2001 que foram criadas no Rio de Janeiro obrigaram as Universidades do Rio a aderir ao sistema de cotas. Apesar das mudanças, a autonomia das universidades não pode ser violada e era necessário um debate por parte da comunidade acadêmica, estado e sociedade para que as ações fossem melhor implementadas.

² O termo foi empregado pela primeira vez pelo então presidente americano Lyndon Johnson na Howard University, em 1965, passando a significar a exigência de favorecimento de algumas minorias socialmente inferiorizadas e juridicamente desiguais por preconceitos de base histórica e culturalmente fixados. Há, porém, quem rebata este entendimento (HAS; LINHARES, 2012, p. 842).

Assim, no ano de 2003, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) adotou um programa de cotas raciais, sem qualquer imposição estadual. Todavia, a primeira universidade federal a adotar um sistema de reservas de vagas racial foi a Universidade de Brasília (UnB). Quanto isso, Senkevics (2021, p. 215) ressalta que “diversas universidades passaram a instituir suas próprias políticas de ação afirmativa, no âmbito de seus conselhos universitários. No final daquela década, a maioria das instituições federais já adotou algum tipo de ação afirmativa em seus processos de admissão, com liberdade para delimitar os critérios de corte e mecanismos de inclusão”.

Além disso, os debates e lutas sociais levaram a Lei de Cotas a garantir que 50% das vagas em instituições federais de ensino superior sejam reservadas para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Desse modo, para o preenchimento dessas vagas, devem ser inseridos alunos oriundos de famílias de baixa renda, com renda per capita familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; já partir de 2017, com o decreto nº 9.034, foram incluídos pessoas com deficiência.

Em acréscimo, Senkevics (2021) afirma que existe um crescimento do acesso do público-alvo aos cursos universitários, principalmente, àqueles considerados privilegiados, como: medicina, engenharia elétrica, direito e *etc.* “Hoje, há elementos para se afirmar que a Lei de Cotas representa um marco na definição de parâmetros inclusivos para acesso às instituições federais de educação superior, e resultou em uma expansão sem precedentes das políticas de ação afirmativa pelo país.” (SENKEVICS, 2021, p. 219).

A educação é um palco de luta social na sociedade capitalista em que vivemos. O acesso à educação formal garante possibilidades aos indivíduos, e a falta dela pode retirar essas mesmas possibilidades. Alfabetizar-se é, então, uma necessidade na sociedade em que vivemos, entretanto, não é somente aprender a ler e a escrever, mas concluir o ensino médio. Ademais, acessar o ensino superior tem sido uma exigência social, principalmente para aqueles que pretendem ingressar no mercado de trabalho, já que as profissões com nível técnico e superior são as mais valorizadas socialmente, além do mais a educação formal perpassa toda a vida do indivíduo e possui um papel importante na vida social.

As intensas e múltiplas mutações sociais que marcam a contemporaneidade, comumente chamadas de globalização, têm influenciado os padrões educacionais, tornando indispensáveis níveis mais elevados de escolarização de modo tal que o certificado de conclusão do ensino médio tornou-se pré-requisito indispensável para quase todas as funções produtivas (TEIXEIRA, 2011, p. 29).

A sociedade em que vivemos valoriza o conhecimento científico, logo, apropriar-se desses ambientes é um fator necessário à classe trabalhadora, no sentido de construir

conhecimento que emancipe os seus pares, que fortaleça a luta social entre Capital e Trabalho existente no capitalismo, sendo fundamental.

Além do mais, a educação possibilita maior autonomia e pode libertar o sujeito da alienação³ social, por esse motivo o acesso da classe trabalhadora a esse espaço é algo problemático para a classe dominante. Diante disso, embora seja garantida por lei, percebemos que não é uma prioridade do Estado e dos nossos governantes garantir uma educação pública de qualidade à classe trabalhadora, posto que a educação de qualidade ainda hoje se constitui como uma utopia para muitos estudantes. É importante lembrar que a educação formal brasileira é composta por níveis e modalidade de ensino, e, deste modo, se um nível não possui a qualidade necessária, conseqüentemente, refletirá nos níveis seguintes. E se a educação pública de qualidade ainda é uma utopia, o acesso ao nível superior ainda constitui um sonho distante para muitos jovens oriundos de escola pública e de famílias de baixa renda, dado que não se repete nos alunos oriundos das escolas privadas.

Ao longo dos anos 1990 e, principalmente, dos anos 2000, ampliou-se o consenso, entre diferentes setores da sociedade brasileira, sobre a enorme desigualdade no acesso à educação superior no Brasil, expressa no paradoxo conhecido de que entre os estudantes das universidades públicas predominam os estudantes que frequentam escolas particulares no ensino básico, sendo o inverso também verdadeiro. Observou-se também que os jovens brasileiros que chegaram à educação superior eram predominantemente de classe média e alta, em sua maioria brancos, deixando de fora dessa possibilidade um grande contingente de jovens pobres, pretos, pardos e indígenas (HERINGER, 2013, p. 24-25).

Em relação à educação superior no Brasil, o censo da educação superior de 2018 relatou que o Brasil possui 2.537 instituições de ensino superior (universidades, centros universitários, faculdades, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IF e Centro de educação tecnológica - CEFET). Dessas instituições, 2.238 são privadas e apenas 299 são públicas. O dado alarmante é que 82,2% das instituições de educação superior são privadas, e as redes privadas no último ano ofertaram 93,8% do total de vagas em cursos de graduação, enquanto a rede pública apenas 6,2%.

A Bahia, por sua vez, possui apenas 146 centros de educação superior, sendo apenas 10 públicas, enquanto 136 pertencem à rede privada (INEP, 2018). Esses dados nos mostram o quanto a educação superior se tornou uma mercadoria na sociedade capitalista e o quanto o

³ "Processo histórico-social no qual o produto do trabalho humano torna-se independente, se autonomiza, escapando ao controle racional e virando-se contra seu criador. Apesar de, etimologicamente, a alienação possuir uma origem psicológica, Marx utilizou o termo também no seu aspecto econômico, ao se referir à alienação no trabalho e suas conseqüências no cotidiano das pessoas. Marx também observou a alienação da sociedade burguesa – o fetichismo. Hegel define alienação como o outro distinto de si mesmo. Expressa o estranhamento, a separação e a fragmentação do ser humano. Algo está alienado quando já não mais nos pertence." (LEAL, 2018, p. 30-31)

Estado tem tirado de si a responsabilidade por fornecer educação superior pública do Brasil. Educação essa que nos últimos anos tem sofrido com a precarização e tem visto as universidades sendo ameaçadas de fecharem suas portas, devido aos inúmeros cortes orçamentários.

A educação superior do Brasil tem sido subvertida à lógica de mercado, pois a partir do momento que se reduz o número de ofertas na rede pública, consequentemente mais estudantes necessitarão ingressar na rede privada, já que a rede pública torna-se ainda mais competitiva e os estudantes que receberam uma melhor qualidade de ensino serão aqueles que ocuparão essas vagas, obrigando o aluno oriundo da escola pública a buscar a rede privada.

Nestas instituições, a quantidade de bolsas parciais e totais oferecidas não contempla a todos, fazendo com que muitos necessitem trabalhar durante o dia para custear o próprio ensino, o que torna a permanência desse estudante sujeita a dependência de um emprego que lhe permita custear seus estudos. Apesar dessas questões, a vida do estudante que ingressa na educação superior na rede pública também não é fácil, conciliar a grande demanda de estudos e o trabalho pode tornar a permanência ainda mais difícil, já que os horários nessas instituições nem sempre são flexíveis. Acessar é difícil para a classe trabalhadora e permanecer cursando o ensino superior não é diferente. Os caminhos percorridos por esses alunos são cheios de dúvidas e incertezas.

Teixeira (2011) afirma que o caminho percorrido por esses estudantes não se inicia no momento em que ocorre o ingresso no nível médio, mas se inscreve em toda trajetória socioeducacional que antecede, ainda que o ensino médio seja identificado, em geral, como a antessala do vestibular, estágio crucial para o ingresso na universidade. É importante destacar que muitos desses jovens serão os primeiros de suas famílias a cursarem um curso superior e a transição da educação básica para esses novos espaços nem sempre é a mais fácil, nem para os jovens nem para suas famílias, principalmente quando se trata de discentes que precisaram deixar suas cidades de origem.

Mudar de cidade para estudar implica deixar família, amigos de infância, mudança de rotina e enfrentar inseguranças a respeito de como manter-se financeiramente durante a graduação. Outra demanda dos egressos da escola pública é a dificuldade em se apropriar inicialmente dos conteúdos, já que o ensino em sua maioria é defasado e precário, o que gera maiores dificuldades em apropriar-se da vida acadêmica. Assim, esses alunos além de estudar os novos assuntos precisam resgatar todo conteúdo perdido da educação básica.

Viver a vida de aluno do ensino médio numa escola pública quando se é jovem “pobre”, oriundo de classes populares, pode produzir efeitos do processo de afiliar-se ao “ofício de estudante”, uma passagem sempre delicada, no sentido

etimológico do termo, à medida que implica apropriar-se de outro mundo intelectual, que compreende regras e saberes mais complexos que aqueles relacionados ao aluno do ensino médio. Dito em outras palavras, essa passagem implica viver o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem para enfim, conquistar o estatuto de membro, no tempo da afiliação institucional e intelectual (TEIXEIRA, 2011, p. 31-32).

Heringer (2013) afirma, em sua obra, que estudos apontam que grandes são as limitações para que os alunos, chamados por ela de “alunos das camadas populares”, acessem a educação superior. Os acúmulos, segundo a autora, de desvantagens e as oportunidades desiguais ao longo da vida são uma dessas limitações. Além desses fatores, muitos estudantes que concluíram o ensino médio sofrem com a falta de informação sobre as formas de ingresso (SISU, Prouni e entre outros), no que diz respeito aos programas de apoio, bem como à permanência estudantil, por mais que vários desses estudantes necessitam desse apoio para sua continuidade nas instituições.

Nos últimos anos, o que temos visto são retrocessos e ataques às universidades públicas, além de que os cortes orçamentários para essas instituições são alarmantes, o que dificulta a continuidade de muitos programas de permanência e a concessão de bolsas de pesquisa e extensão, que são meios que contribuem financeiramente na continuidade. A universidade pública ainda se vê ameaçada pelo programa “Future-se”, que, segundo o portal do Ministério da Educação (MEC), tem o objetivo de dar autonomia financeira à universidade e aos institutos federais por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo (MEC, 2019).

O Programa “Future-se”, a partir do que foi exposto, pode ser considerado a mercantilização da educação superior pública, representa um retrocesso e retira parte da responsabilidade do Estado. O que temos visto é um incentivo por parte do governo para que a iniciativa privada invista nas universidades, enquanto esse mesmo Estado realiza corte do orçamento dessas universidades, em uma tentativa constante de retirar a autonomia das mesmas. Ainda não sabemos ao certo qual o futuro das universidades públicas no Brasil, nem o que será feito com os estudantes dessas universidades e com aqueles que pretendem ingressar nas mesmas.

Observamos, nos últimos anos, um aumento das diferentes formas de acesso e políticas criadas na tentativa de diminuir a desigualdade de acesso, mas essa desigualdade também é refletida na permanência, acessar não significa permanecer no curso e nem significa estar cursando aquilo que deseja. Gisi (2006) nos alerta que muitos estudantes estão matriculados em cursos que não eram a sua primeira opção. Segundo a autora, os dois fatores que podem levar a isso é a dificuldade de passar nos processos seletivos do curso desejado e o

alto custo da mensalidade. As desigualdades de permanência existem e são consequências das desigualdades sociais existentes na sociedade capitalista. Desigualdades essas que têm levado muitos estudantes a desistência.

A evasão apresenta diferentes causas, tanto de ordem econômica, como aquelas decorrentes da própria instituição. No que se refere às condições econômicas, para muitos, há necessidade de conciliar o curso com o trabalho, o que compromete o tempo de estudo e leva a reprovações. Existe também dificuldade para o pagamento de mensalidades, alimentação, transporte e material didático necessário e, ainda, quando a trajetória escolar não favorece a aprendizagem, levando a reprovações. Por último e não menos importante, existem as expectativas não atendidas dos estudantes com o curso e com a instituição, o modo como se realiza a sua integração no mundo acadêmico e as condições que são oferecidas para a permanência (GISI, 2006, p. 23).

Não podemos negar que houveram avanços significativos nas políticas de permanência. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi sancionado a partir da Lei nº 7.234 em 2010. A sua principal finalidade era ampliar as condições de permanência de jovens matriculados em instituições públicas federais de ensino superior. As ações seriam voltadas para as seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Essa intervenção do Estado é de extrema importância, pois pode viabilizar a igualdade de permanência. A falta de subsídios pode comprometer a permanência, já que enquanto estudantes não deixam de se alimentar, pagar transporte, de ter um local apropriado para deixar os filhos. Além disso, o apoio pedagógico também é necessário, já que nem todos entram na graduação com iguais condições de conhecimento. Precisamos lembrar que muitas escolas possuem um *déficit* no ensino. Contudo, a impressão que se tem é que o estudante de baixa renda, pessoa com deficiência, de grupos étnicos socialmente desprivilegiados precisam ser desafiados e provados o tempo inteiro, já que para conseguir os auxílios estudantis é necessário atestar de forma minuciosa, sem deixar nenhuma dúvida, para permanecer.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil é um marco e fez diferença na vida de muitos estudantes, mas as verbas destinadas à assistência estudantil são insuficiente para o número de estudantes que necessitam desses auxílios para sua permanência, o que torna a assistência focalizada, podendo levar a desistência de muitos estudantes.

Nesse contexto, estudos já realizados já identificaram as causas de evasão. Gisi em 2006 já falava a respeito do estudo realizado por Morosini, que identificou oito principais causas da evasão, a saber:

1. Aspectos financeiros relacionados à vida pessoal ou familiar do estudante; 2. Aspectos relacionados à escolha do curso, expectativas progressas ao ingresso, nível de satisfação com o curso e com a universidade; 3. Aspectos interpessoais – dificuldades de relacionamento com colegas e docentes; 4. Aspectos relacionados com o desempenho nas disciplinas e tarefas acadêmicas – índices de aprovação, reprovação e repetência; 5. Aspectos sociais, como baixo prestígio social do curso, da profissão e da universidade elegida; 6. Incompatibilidade entre os horários de estudos com as demais atividades, como, por exemplo, o trabalho; 7. Aspectos familiares como, por exemplo, responsabilidade com filhos e dependentes, apoio familiar quanto aos estudos etc.; 8. Baixo nível de motivação e compromisso com o curso (GISI, 2006, p. 31).

Deste modo, concordamos com a autora (GISI, 2006, p. 34), quando ela afirma: “Quando os estudantes que conseguem ingressar na educação superior não permanecem e não concluem com sucesso o curso escolhido, é preciso repensar a educação superior, suas políticas, a organização, a gestão e o processo pedagógico das instituições”. Precisamos repensar coletivamente a educação superior de forma que ela se torne realmente democrática, universal, que se torne um ambiente que seja possível acessar e permanecer.

3 A TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE JAGUARIBE RUMO AO ENSINO SUPERIOR

Nessa seção, analisamos a trajetória dos egressos no ensino médio da rede pública de Jaguaripe (BA) rumo ao ensino superior, entendendo que cada indivíduo é único com suas particularidades e singularidades. Para tanto, o instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa foi o questionário. Assim, enviamos o convite e o questionário aos egressos via *e-mail*, *whatsapp* e *messenger*.

Recebemos o retorno de 31 pessoas que concluíram o ensino médio entre 2011 a 2020. Desses, 71% são do gênero feminino, 25,8% masculino e 3,2% marcaram a opção “outro” como resposta. Ademais, com o fito de preservar as identidades dos egressos, mas ao mesmo tempo possibilitar que se reconheçam na pesquisa, os nomes utilizados nessa produção foram escolhidos pelos próprios egressos, pois ao enviarmos o questionário perguntamos por qual nome gostariam de ser identificados.

Em relação à idade, os egressos do ensino médio têm desde 18 anos a 29 anos. A respeito da cor/etnia, os 31 voluntários responderam que são pretos, pardos ou brancos. Destes, 71% afirmaram ter a cor preta, 25,8% parda e apenas 3,2% ter a cor branca.

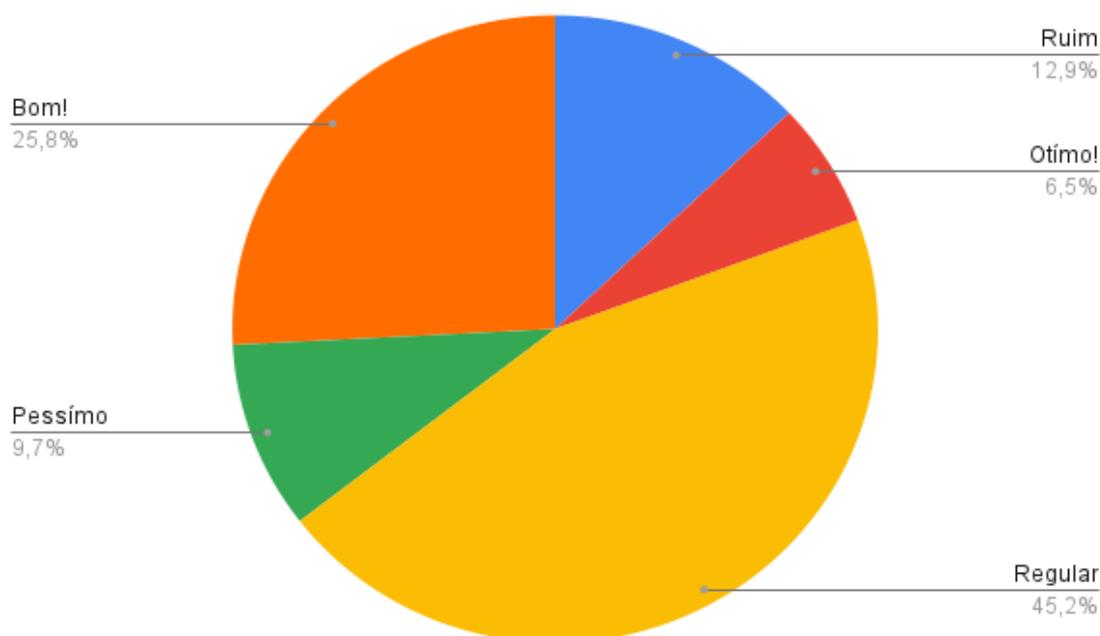
No momento, 45,2% estão exclusivamente trabalhando, 25,8% estão trabalhando e estudando, os que nem trabalham e nem estudam somam 25,8% e 3,2% estão unicamente estudando. Sobre a inserção no mercado de trabalho, 22,6% não trabalham atualmente, 12,9% exercem alguma atividade informal em casa, 9,7% no comércio, banco, transporte, hotelaria

ou outros serviços dessa natureza, 9,7% como funcionário público. Outros 6,5% na construção civil, 3,2% na indústria, 3,2% como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior, 3,2% na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca, 3,2% realizam trabalho doméstico na casa de outras pessoas e 22,6% realizam alguma outra atividade remunerada.

No que se refere à participação dos egressos na vida econômica familiar, 48,4% trabalham e são independentes financeiramente, 25,8% trabalham, mas não são independentes financeiramente, 22,6% não trabalham e têm seus gastos custeados por outra pessoa, e 3,2% são responsáveis pelo sustento familiar.

Quando perguntado como consideravam o ensino médio na época em que concluíram, 45,2% consideram regular, 25,8% consideram bom, 12,9% ruim, 9,7% péssimo e 6,5% consideravam ótimo, como apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Como os egressos consideram o ensino médio



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022

No que diz respeito ao questionamento de se desejavam no ensino médio cursar o ensino superior, 74,2% responderam que sim, 12,9% não tinham certeza e 12,9% não queriam.

Dessarte, sobre os dados, é possível afirmar que os egressos que participaram da pesquisa são majoritariamente compostos por jovens, mulheres, negros e trabalhadores de um ensino médio regular. Ao olhar para a história do Brasil, partindo desse dado, o acesso à educação durante anos foi negado a essa população. Negros e mulheres foram proibidos de

estudar. Jovens de famílias de baixa renda não possuíam e não possuem condições financeiras que assegurem a sua permanência e, na competição que se constituiu o Enem, receber uma educação regular não é suficiente para assegurar vaga no ensino superior, devido a sua elevada concorrência. Os egressos desejavam continuar estudando, não estavam alheios acerca da importância da continuidade em sua formação. Essa que poderia garantir maiores oportunidades de emprego, melhores salários e melhorar a realidade familiar atual e das futuras gerações,

De acordo com o Education at a glance 2018: OECD indicators, o Brasil é o país que apresenta as maiores taxas de empregabilidade e o maior retorno salarial para a população que possui ensino superior completo em relação a todos os 36 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e 10 países parceiros da organização. Uma pessoa com o diploma de graduação no Brasil ganhava, de acordo com a publicação, 2,5 vezes mais do que alguém com diploma de ensino médio, sendo que a média na OCDE era de 1,6 vezes mais. Essa diferença acentuada de prêmio salarial no mercado de trabalho entre níveis de instrução é uma característica comum de sociedades extremamente desiguais e a principal maneira pela qual as pessoas dos estratos mais elevados mantêm seus filhos em posições no topo da hierarquia ocupacional (IBGE, 2018, p. 93).

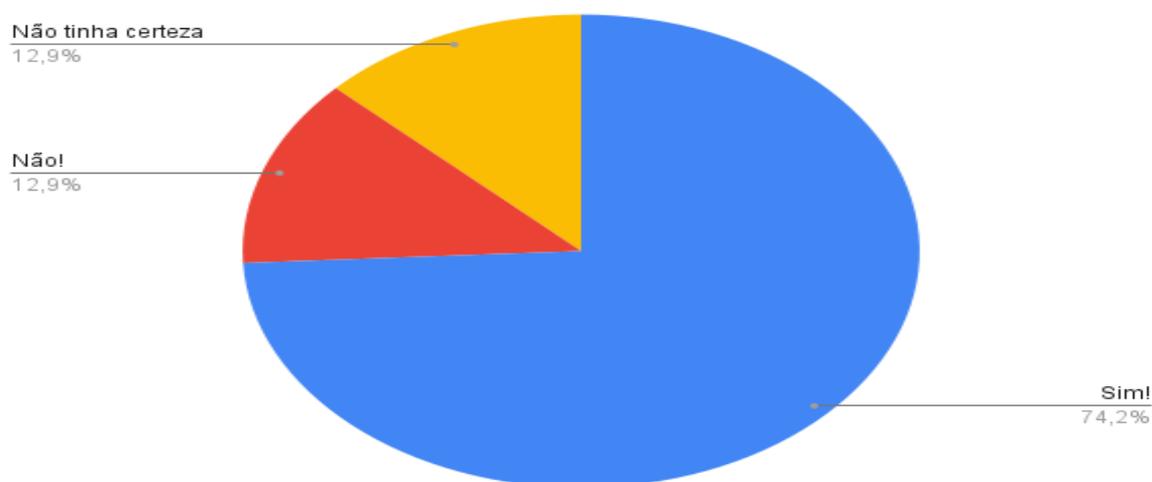
O sistema educacional brasileiro é historicamente desigual, principalmente no que se refere ao ensino superior. De acordo com a síntese de indicadores sociais de 2018 do IBGE,

Apesar dos avanços e do aumento do número de pessoas com ensino superior completo, esse nível permanece restrito a apenas 15,3% da população de 25 anos de idade ou mais, além disso ao considerar todos os países com dados disponíveis para níveis subnacionais no Education at a glance 2018: OECD indicators, o Brasil é o país com o pior nível de desigualdade entre suas Unidades da federação no que se refere a conclusão do ensino superior (IBGE, 2018, p. 94).

No ano de 2017, a Bahia tinha apenas 9,8% da sua população com 25 anos ou mais com o ensino superior completo. Ter o ensino superior completo continua sendo artigo de luxo no Brasil.

Outrossim, os egressos do ensino médio de Jaguaripe possuíam o desejo de ingressar no ensino superior, mas também não seria possível fazer parte dos que concluem se não fazem parte dos que ingressam e se ingressam não possuem condições suficientes que assegurem a sua permanência. Para o egresso da escola pública, não basta apenas o desejo de ingressar, é necessário condições educacionais que favoreçam esse ingresso, além de políticas que assegurem a sua permanência, para só então deixarmos de ter essa desigualdade tão gritante nessa fase do ensino. Nesse contexto, o gráfico 2, a seguir, evidencia o quantitativo de egressos da nossa pesquisa que possuíam o desejo de cursar o ensino superior.

Gráfico 2: Desejo de cursar o ensino superior



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022.

Apesar da maioria ter desejado cursar o ensino superior durante o ensino médio, dos 31 voluntários, 71% não tiveram acesso ao ensino superior, somente 29% ingressaram, o que corresponde a 9 egressos. Ainda que existisse nos egressos a perspectiva de cursar o ensino superior, o contexto social, atrelado a não conseguir a nota suficiente do Enem, não favorece a inserção no ensino superior, restando apenas recorrer aos cursos profissionalizantes. Ainda, não podemos desconsiderar que nos últimos anos houve aumento nos números de matriculados no ensino superior, de acordo com dados do IBGE (2018. p.101-102).

Quanto a essa afirmação, em 2017, 43,2% da população que tinha concluído o ensino médio ingressaram no ensino superior. Mas, a taxa de ingresso é maior para aqueles que estudaram em escolas privadas, o que não é o caso dos egressos da pesquisa, já que são oriundos da escola pública. Os dados mostram que em 2017, 67,7% das pessoas que concluíram o ensino médio eram de escolas públicas, 28%, 2% de escolas privadas e 4,2% de ambas. Entretanto, apenas 35,9% dos egressos do ensino médio das escolas públicas conseguiram ingressar no ensino superior, enquanto o percentual de alunos egressos do ensino médio das escolas privadas que ingressaram foi de 79,2%.

Ainda, a taxa de ingresso de alunos da escola privada é bem maior que a dos egressos da escola pública. A desigualdade não existe apenas em relação à rede de ensino (público/privada), ela também se faz presente na taxa de ingressos por cor e raça. Nesse viés, de acordo com a síntese, 51,5% dos brancos que concluíram o ensino médio ingressaram no ensino superior, enquanto apenas 33,4% dos negros ou pardos conseguiram acessar o ensino superior. Mesmo entre aqueles que estudaram em escolas públicas, as desigualdade raciais

também se fazem presentes, a taxa de ingressos de brancos foi de 42,7% e dos negros 29,1% (IBGE, 2018, p. 101).

Em acréscimo, Jaguaripe é uma cidade do interior da Bahia. De acordo com dados do IBGE, no ano 2019, apenas 6,4% da população estão inseridas no mercado formal de trabalho. Além disso, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,9 salário mínimo. Ainda considerando trabalho e rendimentos, 56,7% da população estão inseridas em domicílios, os quais possuem rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

Como podemos observar, a maior parte da população está inserida no mercado informal de trabalho. Também, a população é majoritariamente formada por pescadores, marisqueiras e trabalhadores rurais.

3.1 A TRAJETÓRIA ACADÊMICO-ESTUDANTIL DOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIFE (BA)

O fim do ensino médio pode gerar dúvidas e incertezas a respeito do que irá acontecer futuramente à vida do recém-concluinte. Saímos nesse período cheios de expectativas e quando se vem de uma família de baixa renda a educação pode ser o único meio de mudarmos a realidade socioeconômica familiar. Diante dessa óptica, os egressos participantes da pesquisa, em sua maioria, 25 deles, desejavam cursar o ensino superior, quando concluíram o ensino médio, 3 deles não tinham certeza e apenas 3 não desejavam. A partir disso, buscamos compreender as possibilidades que surgiram a partir das suas perspectivas pós-conclusão do ensino médio.

Dos 31 egressos, 6 deles informaram que depois do ensino médio ficaram algum tempo sem trabalhar ou estudar. Assim, é interessante notar que as frases “*Fiquei um tempão sem estudar*” ou “*nenhuma*” aparecem como respostas, quando perguntamos sobre quais possibilidades foram apresentadas após o ensino médio. Percebemos, ainda, que existe um distanciamento entre o fim do ensino médio e o início da entrada no mercado de trabalho, bem como da inserção no ensino superior ou do início de algum curso profissionalizante.

Nessa ordem, nas palavras desses jovens, observamos esse fato no relato trazido por Mika - esta se formou em 2018, não está no mercado formal de trabalho, atualmente realiza alguns trabalhos informais em sua residência, não é independente financeiramente e embora desejasse no ensino médio cursar o ensino superior (ela ainda deseja voltar a estudar) as únicas oportunidades nas palavras delas foram: “*Consegui uma oportunidade de fazer três*

cursos dois anos depois que me formei, apenas ” (Mika, 20 anos). Mika ainda não se inseriu no mercado formal e só fez o curso profissionalizante dois anos após a conclusão do ensino médio.

Ademais, observa-se que o intervalo entre a conclusão do ensino médio e a inserção no mercado de trabalho ou a volta aos estudos apresenta-se enquanto amplo para os egressos de Jaguaripe (BA).

Por outro lado, para parcelas cada vez maiores da população jovem, sejam eles sem diplomas ou portadores de diplomas desvalorizados, observa-se a ampliação do intervalo entre a escola e o emprego, fenômeno que tem alimentado discursos (políticos e sociológicos) que vinculam o alargamento desse intervalo ao descompasso entre a escola e o mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2010. p. 42).

Precisamos considerar alguns fatores que nos parece explicar a situação: a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho se dá pela carência de empregos formais no município, como já informado a partir dos dados do IBGE (2019); outro fator que pode determinar é *“Fiquei um tempão sem estudar”*, presente na resposta dos egressos. Posto que, para muitos, elevar o nível de escolarização implica mudar de cidade, ter condições financeiras para se manter estudando. Assim, análogo a isso, Mika, que afirma precisar trabalhar, diz que isso atrapalhou sua inserção no ensino superior, junto ao fato listou: *“mudar de cidade, não conhecer as formas de ingresso e questões financeiras”* (Mika, 2018).

Além dos apontados, acessar o ensino superior implica ter uma boa nota no Enem, principal porta de entrada para o nível superior. Quando perguntamos se os egressos consideram que o ensino médio os tinha preparado para o vestibular/Enem, apenas 5 deles responderam que sim, dos 5 apenas Jessica (26 anos) justificou a resposta, afirma: *“Sim, nunca fiz curso preparatório e consegui ingressar em um curso muito bom”*. A experiência dessa aluna parece não coincidir com a dos demais egressos, mas o fato dela ter ingressado representa para ela ter sido bem preparada para o Enem, mas essa inserção não se deu na primeira vez que fez o Enem, Jessica precisou fazer o Enem duas vezes para obter a nota necessária para cursar o curso que desejava. Fazer a prova mais de uma vez é algo comum a esses egressos, o que tem levado muitos a desistir de ingressar no ensino superior.

A respeito da trajetória acadêmico-estudantil, embora a grande maioria dos entrevistados desejavam ingressar no ensino superior, percebemos que o acesso ao ensino superior não é uma realidade na trajetória da maior parte dos egressos. Paralelo a isso, observamos que os cursos profissionalizantes parecem surgir como um caminho a percorrer depois da conclusão no ensino médio.

Dos 31 participantes, 16 deles afirmaram que realizaram algum curso profissionalizante privado em outra cidade do estado (Salvador, a capital, para ser mais específica).

Fui para Salvador fazer um curso. (Flor, 25 anos)

Fiz um curso pago em Salvador. (Mara, 25 anos)

Os cursos profissionalizantes aparecem enquanto uma alternativa, possivelmente como um meio mais acessível de se profissionalizar e conseguir um emprego. Concordamos com Teixeira (2011, p. 42), quanto a isso, quando ela afirma: “Para os jovens das classes populares, a via do ensino profissionalizante mostra-se, não raramente, como um atalho para o mundo do trabalho, o que, muitas vezes, pode significar retardar ou eliminar possibilidades concretas de avançar na escolaridade”.

Ademais, os cursos profissionalizantes têm um tempo mais curto de duração, isso gera a ilusão de uma inserção mais rápida no mundo do trabalho, chamamos de ilusão, já que os avanços tecnológicos no processo produtivo têm permitido o avanço econômico, mas, necessariamente, não garante postos de trabalho, pelo contrário, o que tem crescido é a precariedade e a instabilidade no emprego.

O mundo do trabalho em sua acelerada mutação impõe um vasto conjunto de desafios à sociedade atingindo diretamente aqueles que vivem do trabalho e particularmente a população jovem. A nova base técnico-científica incorporada ao processo produtivo permite o crescimento das economias sem a geração de postos de trabalho. O desemprego estrutural ganha contornos de irreversibilidade (POCHMANN, 2001). Nesse cenário contemporâneo os estudos investigativos na área da inserção social e profissional de jovens, sem perder de vista o caráter múltiplo e dinâmico da noção de juventude em sua interface com outras categorias de análise (classe social, gênero, etnia, urbano-rural, global-regional-local), refletem, com propriedade, as conjunturas históricas e sociais tal como é o caso dos anos 1980 e 1990, marcados pelo aprofundamento da crise econômica, pela precariedade e instabilidade do emprego, gerando impactos significativos e duradouros sobre esta população (TEIXEIRA, 2010, p. 2).

Ainda que não exista tantos postos formais de trabalho em Jaguaripe (BA), precisar trabalhar aparece enquanto um dos maiores impedimentos para a inserção no ensino superior, pois estudar e retardar a inserção no mundo do trabalho para muitos não é uma alternativa. Esse dado pode ser observado na fala de Alisson (23 anos): “*Não tive tempo para estudar, ou bem trabalho ou estudo*”. Avançar na escolaridade não se apresentou enquanto possibilidade depois do ensino médio para ele e para muitos de seus colegas.

Desse modo, a procura por cursos profissionalizantes surge enquanto uma forma de se profissionalizar, e se apresenta enquanto meio possível de continuar estudando. Alguns

fatores que podem justificar o alto número de egressos a buscarem os cursos profissionalizantes são os custos das mensalidades desses cursos, que são mais baixos que as de um curso superior, além de não ser necessário prestar um vestibular ou prova para ingressar.

Existe também a flexibilidade, já que em muitos cursos as aulas presenciais acontecem apenas uma vez na semana, o que possibilita que eles se desloquem até a cidade do curso e continuem residindo em Jaguaripe (BA). Trazemos essa questão, pois, precisar mudar de cidade apareceu como um dos maiores desafios para ingressar no ensino superior, junto a isso eles afirmam que as questões financeiras os fazem precisar trabalhar.

Ainda que de nível médio, os cursos técnicos representam uma possibilidade de se profissionalizar em alguma área, e duram menos tempo que um curso de nível superior. Existe uma exigência por maior escolarização e qualificação profissional para que se esteja apto a competir por uma vaga e conseguir se inserir no mercado de trabalho:

Nota-se que a educação formal e a formação técnico-profissional situam-se como elementos de três vetores centrais nos dias atuais, quais sejam: da lógica da competitividade/produção, a dinâmica dos processos de reestruturação produtiva e a busca por “empregabilidade”. O discurso de empresários e de alguns cientistas sociais enfatiza a importância da ampliação de investimentos voltados a esses vetores exigindo dos trabalhadores níveis mais elevados de escolarização e de qualificação, como ingredientes centrais ao novo trabalhador requerido pelo mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2010, p. 2).

Os cursos profissionalizantes para esses jovens aparecem enquanto um meio viável para ascensão profissional, mesmo que isso não implique, necessariamente, uma garantia de inserção ou estabilidade profissional, dada as configurações atuais dos cursos profissionalizantes. Em grande escala, precarizados e tecnicistas, como mencionado em parágrafos anteriores.

Ampliam-se as exigências por uma maior e melhor escolarização sem que esses padrões impliquem, necessariamente, a garantia de inserção, ascensão e estabilidade socioprofissional, ainda que credenciais como certificação (diplomas) e formação profissional em nível técnico sejam considerados como alguns dos requisitos básicos para melhores condições de competitividade e “empregabilidade” no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2010, p. 40).

Dessarte, os que se inseriram no mercado de trabalho logo após a conclusão foram 5, alguns não informaram se estavam inseridos no mercado formal ou informal de trabalho. Algumas falas nos chamam atenção, em destaque Fernanda (25 anos) falou: *“Demorei alguns anos para conseguir cursar um curso superior; nesse meio tempo trabalhei de forma informal, dando aula de reforço escolar e com sublimação”*.

O trabalho informal apareceu para ela como uma possibilidade enquanto não cursava o ensino superior, ela usou o que aprendeu no período escolar como um meio de ganhar alguma renda. Fernanda faz parte daqueles que ingressaram no ensino superior, a inserção nesse para os egressos de Jaguaripe, infelizmente, ainda não é algo comum, aqueles que ingressaram necessitam insistir algumas vezes para conseguir a tão sonhada vaga de acesso, digo insistir, já que foi preciso mais de um prova do Enem para que isso ocorresse. Trataremos dos perfil dos egressos do ensino médio no ensino superior na próxima subseção.

3.2 PERFIL DOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIFE (BA) QUE INGRESSARAM NO ENSINO SUPERIOR

Como já informado, dos 31 participantes, apenas nove ingressaram no ensino superior e na rede privada de ensino. Nessa perspectiva, buscaremos traçar o perfil desses nove egressos, no intuito de identificar onde estão inseridos (instituição de ensino, curso, se ainda estão estudando ou já formados) e compreender quais caminhos percorridos levaram a se inserirem no ensino superior.

Esse grupo de egressos é formado por sete pessoas de gênero feminino e dois do masculino - essa discrepância pode ter ocorrido, pois a pesquisa foi respondida majoritariamente por pessoas do gênero feminino, o que pode evidenciar que as mulheres estudam mais anos que os homens no município. Um grande indicativo disso é a questão de gênero, já que vivemos em uma sociedade que cobra dos homens a necessidade de serem provedores, o que implica uma necessidade maior de se inserir logo cedo no mercado de trabalho.

A partir disso, farei um breve resumo do perfil dos egressos: Em relação a cor, três se autodeclararam enquanto pardos e seis pretos. Cinco deles possuem a idade de 26 anos, dois têm 25 anos, e os dois restantes possuem 28 e 29 anos. No momento, seis estão estudando e trabalhando, dois estão trabalhando, e um nem está estudando e nem trabalhando. Quatro estão solteiros e cinco estão casados, oito não possuem filhos e apenas um com um único filho. Oito residem em casas que moram de uma a três pessoas e apenas um mora em uma residência que vive de quatro a sete pessoas. Quatro moram em casa própria, quatro em casa alugada e um em uma casa cedida. Seis possuem a renda familiar mensal de um a dois salários mínimos e três a renda familiar mensal é de dois a três salários mínimos. Sobre a participação na vida econômica da família, um não trabalha e tem seus gastos custeados por

outra pessoa, três trabalham, mas não são independentes financeiramente e cinco trabalham e são independentes financeiramente.

Em relação ao curso que estão cursando/cursaram, foram apontados: Gestão de recursos humanos, Fisioterapia, Serviço social, Biomedicina, Pedagogia e Administração, como descrito no Quadro 3 abaixo. Todos estão inseridos na rede privada de ensino.

Quadro 3: Curso de graduação em que os egressos estão inseridos

Nome	Curso
Fernanda	Gestão de recursos humanos
Digô	Fisioterapia
Elineide	Biomedicina
Tainá	Serviço Social
Italo	Administração
Flor	Pedagogia
Jéssica	Arquitetura e Urbanismo
Carol	Fisioterapia, e pós-graduação em Fisioterapia Hospitalar Neonatal e Pediátrica.
Álvaro	Fisioterapia

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022.

Dos nove, apenas três estão formados (Fernanda, Carol e Jéssica); cinco estão estudando; e um precisou parar o curso e ainda não retornou. Durante o período de graduação, quatro informaram que precisaram trancar o curso em algum momento por questões financeiras. Sobre o período que frequentam as aulas, cinco estudam no período noturno, um no matutino, dois no vespertino e um em período integral.

Como já esperado dos nove, oito deles precisaram mudar de cidade para estudar, apenas um continuou morando em Jaguaripe, o que indica que seu curso era a distância. Dos oito que mudaram de cidade, quatro passaram a residir na casa de familiares/amigos durante a graduação e quatro afirmaram que alugaram uma casa sozinho (três deles estão ainda cursando e fazem parte dos que estão casados). No formulário da pesquisa, não existia a opção: aluguei casa com um familiar/amigo como opção de resposta, conforme demonstra o Quadro 4 abaixo.

Quadro 4: Condição de moradia dos egressos

Nome	Condição de moradia
Fernanda	sim/morou na casa de familiares / amigos
Digô	sim/morou na casa de familiares / amigos
Elineide	sim/alugou uma casa sozinha
Tainá	NÃO
Italo	sim/alugou uma casa sozinha
Flor	sim/morou na casa de familiares / amigos
Jéssica	sim/alugou uma casa sozinha
Carol	sim/morou na casa de familiares / amigos
Álvaro	sim/alugou uma casa sozinha

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022

Em relação ao meio de transporte que utilizavam/utilizam para chegar à instituição de ensino, sete afirmaram que pegavam transporte público (metrô e ônibus), um além do transporte público pegava carona, dois se locomoviam de bicicleta ou a pé e um não identificou o meio de transporte utilizado, conforme Quadro 5 a seguir:

Quadro 5: Meio de Transporte utilizado pelos egressos para chegar à faculdade

Nome	Resposta
Fernanda	Ônibus. metrô e/ou trem.
Digô	Ônibus metrô e/ou trem
Elineide	Ônibus
Tainá	Ônibus
Italo	Outro
Flor	Ônibus
Carol	Ônibus carro/moto (carona) Outros
	A pé ou de bicicleta

Jéssica	Ônibus
Alvaro	A pé ou de bicicleta

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022.

Os dados indicam que a maioria não reside próximo ao campus que estuda e que além da moradia precisam arcar com os custos do transporte. Com isso, nos deparamos com uma outra questão: quem paga pelos gastos durante a graduação? mudar de cidade, aluguel, transporte, materiais escolares e de higiene pessoal, alimentação custam dinheiro. Tais gastos são arcados através do trabalho formal ou informal ou por familiares. Nenhum recebeu nenhuma assistência do município ou da faculdade.

Diante disso, a falta de assistência nas instituições privadas para os alunos de baixa renda constitui um problema, já que a ausência disso dificulta a permanência de muitos estudantes. Sabemos também que a necessidade de trabalhar pode dificultar a inserção ou a continuidade no ensino superior. Assim, quando perguntamos se estavam trabalhando durante a graduação e como avaliam o fato de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, dos nove graduandos, quatro afirmaram não trabalhar durante a graduação (identificamos que eles consideravam apenas o mercado formal de trabalho, a julgar que mais adiante alguns listaram as vendas de doces e produtos de beleza como estratégia de permanência).

Os demais estão divididos, uns consideram que o trabalho possibilitou seus estudos e outros que atrapalhou seus estudos, mas era a única forma de permanecer estudando. Essa informação é relevante, pois alguns arcam com os custos da mensalidade do curso, embora trabalhar impossibilite que se dediquem mais aos estudos, além do mais é o próprio trabalho que possibilita que tenham como continuar arcando com a mensalidade, o aluguel e o transporte que são necessários para a permanência.

As horas dedicadas aos estudos (sem contar a carga horária das aulas) em média eram de uma a três horas diariamente. No que diz respeito às atividades realizadas durante a vida acadêmica, cinco afirmam que realizaram estágios na área do curso, seis afirmam que participaram de eventos (palestras, seminários etc) fora do *Campus*, dois não realizaram nenhuma das atividades listadas. Desse modo, o quadro a seguir exemplifica melhor a informação.

Quadro 6: Atividades acadêmicas realizadas pelos egressos

Nome do egresso	Atividade realizada:
-----------------	----------------------

Fernanda	Participei dos eventos (palestras, seminários, etc.) realizados fora do campus
Digô	Nenhuma das alternativas
Elineide	Participei dos eventos (palestras, seminários, etc.) realizados fora do campus
Tainá	Realizei estágio na área do curso Participei dos eventos (palestras, seminários, etc.) realizados fora do campus
Italo	Nenhuma das alternativas
Flor	Realizei estágio na área do curso
Jéssica	Realizei estágio na área do curso Participei dos eventos (palestras, seminários, etc.) realizados fora do campus
Carol	Realizei estágio na área do curso Participei dos eventos (palestras, seminários, etc.) realizados fora do campus
Álvaro	Realizei estágio na área do curso

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022.

Como podemos observar, nenhum deles listou que realizou qualquer evento acadêmico dentro do próprio *Campus* ou que tenha participado de algum grupo de pesquisa, extensão e monitorias. Desse modo, o que podemos observar é que nas instituições privadas existe uma baixa ou nenhum envolvimento em pesquisas, iniciação científica e possibilidades de exercer a monitoria.

Nessa conjuntura, fizemos questão de trazer esses dados para deixar claro que os egressos além de estudantes da escola pública são de famílias de baixa renda e negros, fazem parte de um grupo que socialmente enfrentam muitos desafios para se inserir e permanecer no ensino superior. Logo, concluir o ensino médio já é um desafio e para se inserir na educação superior é necessário, ainda, romper muitos outros desafios.

Estudos apontam que muitas são as limitações para que um maior número de jovens de origem popular e negros chegue à educação superior. Estas limitações resultam de um acúmulo de desvantagens e oportunidades desiguais ao longo da vida, passando pela origem familiar, qualidade da formação escolar, ingresso precoce no mercado de trabalho, entre outros fatores (HERINGER, 2013, p. 22).

Partindo desse pressuposto, a primeira limitação vencida foi a qualidade da educação escolar recebida. Fernanda se formou no ano de 2012 e ingressou na faculdade apenas em 2018, quando perguntamos se a educação recebida no ensino médio a tinha preparado para o Enem, ela responde: “*Não. Normalmente o que tem nas provas do Enem não são assuntos comuns na nossa vida escolar*”. Sabemos que, atualmente, o Enem é a principal porta de entrada para o ensino superior. Daí a questão que se coloca é: como esses alunos podem acessá-la se não recebem a educação necessária para isso? Fernanda precisou fazer a prova do Enem cinco vezes até conseguir uma bolsa integral no Prouni para cursar Gestão de Recursos Humanos.

Outros egressos confirmam que o ensino médio parece não ter os preparado para o Enem e, conseqüentemente, não potencializou sua inserção no ensino superior. Tainá (26 anos) afirma: “*Não. O ensino era bastante fraco*”. Já Elineide (28 anos) atribui à localização geográfica a falta de preparo para o Enem: “*Um pouco por ser um ensino de cidade pequena não puxava muito*”. De todo modo, o Enem é uma prova onde os mais preparados conseguem a vaga e o que parece existir é uma lacuna deixada na formação.

Nessa certeza, a lacuna na formação parece ter limitado muitos outros a continuarem tentando. Dansline (22 anos) fala: “*Não me preparou. Não faço Enem mais porque não sei de nada*”. Ela é uma jovem de 22 anos, se formou em 2017, desejava cursar o ensino superior, fez o Enem duas vezes, mas, por não saber a maior parte dos assuntos abordados, desistiu. Quando perguntamos àqueles que não ingressaram quais fatores serviram de impedimento, a resposta mais comum foi não ter conseguido a nota suficiente no Enem. Não existe preparo para realizar a prova, nenhum dos que ingressaram realizam cursinho pré-vestibular.

Um elemento que pode ter sido usado pelos egressos para superar essa barreira imposta pela educação recebida é usar os conteúdos que existem na internet e contar com a ajuda de amigos que receberam um ensino mais qualificado. Dito isso, pode-se citar o caso de Carol (25 anos), que se formou em 2013 e ingressou no curso de fisioterapia em 2014: “*Não me preparou. O ensino na rede municipal de Jaguaripe é precário, eu estudei pela internet, com a ajuda de amigas que estudavam em colégio particular*”. Aqui voltamos para o ponto que já foi tratado, as escolas privadas têm preparado seus alunos para as provas, mas o que temos visto são escolas públicas cada vez mais sucateadas, não recebem investimentos adequados, ausência de professores nas salas de aulas, professores mal remunerados, existe uma desigualdade educacional que precisa ser superada.

Outros aspectos contribuem para alimentar o estereótipo de egresso da escola pública, aprofundando as desigualdades educacionais e intensificando o descrédito

difuso quanto à capacidade e possibilidade dessa população dar continuidade à sua escolaridade em níveis mais avançados. Trata-se da recorrente falta de professores em diferentes disciplinas, da defasada infraestrutura e de uma imagem que se difunde amplamente, não sem fundamento, sobre a relativa falta de rigor nos parâmetros de avaliação dos alunos. Ou seja, à medida que a sociedade, em geral, considera que a oferta pública de ensino básico é de má qualidade, num movimento automático, essa má qualidade recai sobre os seus alunos e professores. É possível, então, compreender a baixa autoestima que, por vezes, pode levar esses jovens a desistirem da universidade antes mesmo de enfrentarem o vestibular, numa lógica de autoexclusão (TEIXEIRA, 2010, p. 41).

Teixeira (2010) provoca a reflexão sobre a questão da permanência material e simbólica que perpassa a vida dos estudantes de Jaguaripe (BA). Material, devido à necessidade de ter condições financeiras para as atividades escolares, universitárias (compra de livros, alimentação, transporte, moradia); simbólica, porque reflete a valorização ou desvalorização da autoestima, a questão do apoio psicossocial, pedagógico, familiar etc., conforme Reis (2016 *apud* Santos, 2020, p. 23).

Além de residirem no mesmo município, serem egressos de escola pública, existem três fatores que chamam atenção no perfil dos que ingressaram: Apoio familiar, Persistência e a Natureza da instituição de ensino superior que cursam/cursaram o ensino superior. Ademais, todos estão inseridos na rede privada de ensino.

O apoio familiar nos parece ter sido fundamental para garantir a inserção no ensino superior, quando perguntamos quais fatores eles consideram que contribuíram para sua inserção no ensino superior, todos, sem exceção, colocaram apoio familiar. A participação e o incentivo da família no processo parecem ter sido fundamental, seja dos familiares que residiam com eles em Jaguaripe ou daqueles que moravam nas cidades em que iria estudar. Nas palavras de Fernanda (25 anos), o apoio familiar foi fundamental para sua inserção e permanência: *“O apoio familiar foi um dos fatores principais, levando em consideração que precisei mudar de cidade e não trabalhava. Minha irmã que morava comigo pagava o aluguel e outros da família ajudavam nas despesas”*.

Importante destacar que ela ganhou uma bolsa integral do Prouni, mas apenas não pagar a mensalidade não garante a permanência, o local onde vão morar, como irão se alimentar, quem vai custear os gastos enquanto não consegue se estabelecer na nova cidade constituem fatores da permanência material e simbólica, da qual tratamos acima. Digô (26 anos), por sua vez, retrata essa questão: *“Como tive que mudar de cidade, minha família ajudou muito com moradia e alimentação.”*

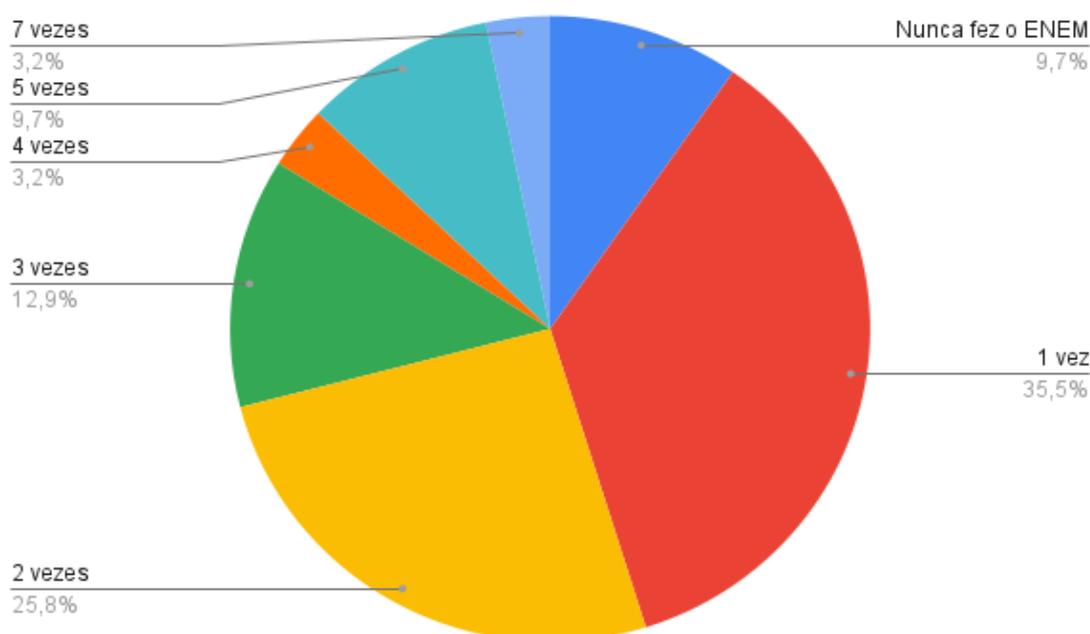
Além da ajuda financeira, o incentivo pode ser determinante, foi o caso de Flor (25 anos):

Me inscrevi no programa de bolsas, e fui selecionada com uma bolsa de 50%. Levei a nota do último ENEM, passei no vestibular e pago somente 40% do valor do curso. Porém é distante, em outra cidade, em SAJ. Tem toda uma logística e gastos financeiros para chegar à faculdade. Mas quando passei no vestibular a minha família me apoiou e me incentivou muito.

Até aqueles que colocaram condições socioeconômicas para se manter estudando recebem apoio familiar, já que os familiares eram os responsáveis por arcar com a mensalidade do curso e/ou com as despesas. Todos eles tiveram uma família que os incentivou, apoiou e financiou sua permanência, embora a maioria seja oriunda de famílias com baixa escolaridade, a educação, no entanto, é valorizada pelos familiares.

Ademais, o segundo fator listado foi a persistência em continuar tentando fazer o Enem. Assim, perguntamos quantas vezes os egressos de Jaguaripe fizeram o exame. 35,5% realizaram a prova no Enem pelo menos uma única vez e apenas 9,7% nunca realizaram a prova no Enem. Como podemos observar no Gráfico 3.

Gráfico 3: Quantitativo de vezes que realizam o Enem



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022.

O que chama atenção é que os que ingressaram com bolsa integral foram os que fizeram mais vezes as provas ou que persistiram anos após anos até conseguir ingressar. Alguns se formaram em 2012 e só começaram a cursar o ensino superior em 2018, 2019 e 2021. A persistência foi fundamental para o ingresso desses jovens, entretanto, não deve ser vista como algo positivo, o fato de alguém precisar tentar tantas vezes representa o quanto a

educação básica não possui a qualidade adequada e o quanto existem poucas vagas nas instituições superiores.

O caminho percorrido entre o ensino médio e superior nos parece ser duro, sem leveza, cheio de incertezas e por vezes podem mexer com a autoestima de muitos. Além disso, quantos egressos não atribuíram o fato de não tirar uma boa nota no Enem com o fato de serem “burros”? quantos não ouviram anos após anos porque continuam tentando se não vão passar? A pesquisa aponta que precisar fazer tantas vezes essa prova só mostra que não receberam o ensino adequado para realizá-la e que existem poucas vagas disponíveis para o número de pessoas que desejam ingressar.

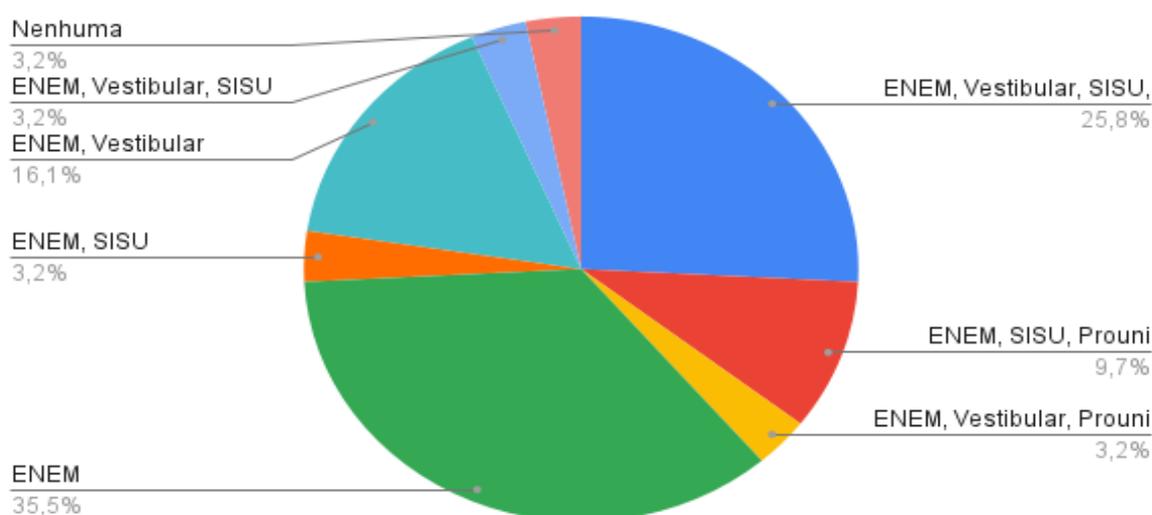
Esse baixo número de vagas é ainda mais gritante nas instituições públicas de ensino superior, que, por sua vez, oferecem uma melhor qualidade de ensino. E então, chegamos ao terceiro fator, todos os graduandos da nossa pesquisa estão inseridos em instituições privadas de ensino. O que nos parece falar bastante sobre o ensino médio ofertado no município, já que as vagas nas universidades públicas são mais disputadas, é necessário estar melhor preparado para isso. Falaremos quais as diferentes formas de ingresso para o ensino superior no tópico a seguir.

3.3 AS DIFERENTES FORMAS DE INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

O caminho percorrido entre o ensino médio e o superior se constitui enquanto longo para os egressos das escolas públicas de Jaguaripe, como observado na subseção anterior. Alguns levaram mais de cinco anos após conclusão do ensino médio para conseguir ingressar nesse ambiente. Ainda, presenciamos, na última década (2010 a 2020), uma expansão de políticas, projetos e programas voltados para a democratização do ensino superior.

Assim, perguntamos aos entrevistados da nossa pesquisa se eles conheciam no ensino médio as diferentes formas de ingresso para o ensino superior. Dos egressos, 35,5% conheciam apenas o Enem como forma de ingresso ao ensino superior e apenas 3,2% não conheciam nenhuma forma de ingresso. Podemos ver esse dado mais detalhado no gráfico.

Gráfico 4: Conhecimento a respeito das diferentes formas de ingresso no ensino superior



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022.

Como podemos observar, o Enem é a forma de ingresso mais conhecida por eles e todos os nove que conseguiram ingressar no ensino superior em algum momento realizaram a prova, alguns realizaram até sete vezes. Sabemos que depois da prova o candidato pode utilizar essa nota para se inscrever no SISU, Prouni e pleitear um financiamento estudantil no FIES. Um dado alarmante é que nenhum dos nove egressos que acessaram o ensino médio cursou ou está cursando uma universidade pública, o que demonstra que o SISU não é uma forma de ingresso tão comum no município.

Perguntamos sobre a natureza da instituição em que estavam cursando/cursaram o ensino superior. Desse modo, dos nove, todos informaram que estavam em instituições privadas, entretanto, as formas de ingresso eram distintas, quatro possuem bolsa de 100% pelo Prouni, dois têm um familiar que paga as mensalidades, dois são os únicos responsáveis pelo pagamento das mensalidades e um a faculdade é financiada pelo FIES.

Quadro 7: Natureza da instituição de ensino/ Forma de ingresso

Nome	Natureza da instituição/ Forma de ingresso
Fernanda	Privada/Sou bolsista via Prouni
Digô	Privada/Sou bolsista via Prouni
Elineide	Privada/Sou o único responsável pelo pagamento das mensalidades
Tainá	Privada/ Um familiar é o responsável pelo pagamento da mensalidade

Italo	Privada/Sou bolsista via Prouni
Flor	Privada/ Sou o único responsável pelo pagamento das mensalidades
Jéssica	Privada / Sou bolsista via Prouni
Carol	Privada/ Financiada pelo FIES
Alvaro	Privada / Um familiar é o responsável pelo pagamento da mensalidade

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2022

A pesquisa aponta que 56,6% dos egressos que conseguiram ingressar e participaram da nossa pesquisa, mesmo após terem realizado o Enem, não obtiveram nota suficiente para pleitear uma bolsa no SISU e no Prouni, precisando financiar ou custear as mensalidades dos cursos de graduação. Além da mudança de cidade ser necessária para aqueles que realizam a graduação na modalidade presencial, as despesas com moradia, transporte e alimentação, é preciso custear a própria educação. Embora tenhamos avançado com os programas de democratização da educação superior, e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/12) seja um grande marco, as ofertas dessas vagas ainda não são suficientes. Muitos estudantes precisam financiar a própria graduação e essa é uma realidade no município de Jaguaripe (BA).

Um outro dado expressivo é que a educação superior e pública não faz parte da realidade desses egressos. Existe ainda uma restrição de acesso a esse espaço, as barreiras impostas para ingressar em um curso de graduação e em uma instituição pública não foram superadas, mesmo após quase dez anos da instituição da Lei de Cotas que garante reservas de vagas para estudantes oriundos da escola pública, negros e de baixa renda. Nesse contexto, os estudantes egressos de Jaguaripe se enquadram nesse perfil, mas a triste realidade é que para acessar a educação superior ainda é preciso financiar ou ser bolsista em instituições privadas de ensino.

A restrição do acesso e as condições de permanência desfavoráveis na Educação Superior são dois problemas significativos no contexto brasileiro. Isso se agrava quando estudantes devem superar "barreiras", quase intransponíveis, para ingressar nas reduzidas vagas das universidades públicas, se comparadas ao amplo número daquelas oferecidas no setor privado (COSTA; FERREIRA, 2016. p. 142).

As instituições públicas possuem um número menor de vagas e a concorrência para ingressar é elevada, o que tem levado estudantes das escolas públicas a buscarem instituições privadas como forma de conseguir cursar uma graduação. As pessoas desejam e querem

estudar e não podemos negar que o Prouni tem possibilitado que isso ocorra na vida dessas pessoas. Mas, ao passo que possibilita o acesso à educação, deixa para o setor privado a responsabilidade de fornecer essa educação, que não sai de graça, diga-se de passagem, já que a isenção fiscal é concedida a essas instituições que decidem fazer parte do programa.

Costa e Ferreira (2016, p. 143) deixam claro: “Na forma da Lei, observa-se que o Prouni propicia acesso, todavia, uma das questões mais expoentes diz respeito à isenção fiscal que é concedida às Instituições de Ensino Superior, de natureza privada, tal como o Programa possibilita”. Se observamos apenas o aparente, chegamos à conclusão que o Prouni tem dado maiores oportunidades educacionais, entretanto, é um programa que tem gerado lucro as instituições privadas de ensino superior e ao mesmo tempo criando a ilusão de mais oportunidade, o que faz com que a população diminua as pressões pela expansão da educação superior pública e de qualidade.

Um outro fator que precisamos analisar é saber qual a qualidade dos cursos fornecidos por essas instituições. Podemos notar que nenhum dos nove participou de nenhum programa ou grupo de pesquisa ou extensão e que até os eventos acadêmicos que participaram foram de fora do *Campus*, em contrapartida, a educação superior pública se constitui de três pilares: pesquisa, ensino e extensão.

O que notamos também é que a verba que deveria ser pública tem sido desviada para o setor privado e para instituições que em muitos casos forneceram uma educação de baixa qualidade. Além disso, existindo cursos com resultados insatisfatórios no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), salas com tutores ao invés de professores, poucas ofertas de bolsas ou nenhuma para os cursos altamente elitizados (Medicina, Direito, etc).

Quanto à democratização empregada no discurso do PROUNI e em sua consecução, aponta-se que a medida emergencial de ampliar o acesso, com um número residual de vagas da Educação Superior, mesmo no setor privado, em termos quantitativos contribui para um incremento do ingresso e do número de jovens nesse nível de ensino. Entretanto, a qualidade desta formação é algo que deve ser questionado, considerando a afirmação de Leher (2010, p. 383384): “a maior parte desses jovens ingressou não em universidades, mas em escalões de baixíssima qualidade; muitos, inclusive, farão cursos sequenciais e tecnológicos de curta duração, modalidades aligeiradas de ensino dito superior”. Desta maneira, o Programa torna-se uma medida paliativa, de efeitos duvidosos, principalmente, configura um carreamento de verbas públicas para o ensino privado – uma lamentável distorção na política de investimento na Educação Superior, patrocinada pelo Governo Federal (COSTA; FERREIRA, 2016, p. 152).

Não podemos esquecer que nem todas as bolsas do Prouni são integrais, algumas são apenas parciais. Esse é o caso de Flor (25 anos), que diz:

Me inscrevi no programa de bolsas, e fui selecionada com uma bolsa de 50%. Levei a nota do último Enem, passei no vestibular e pago somente 40% do valor do curso” além da instituição lucrar com isenção fiscal, lucra com parte da bolsa que deve ser paga pelo estudante.

Afinal, quando contemplado com bolsa parcial, o estudante deve desembolsar 50% da mensalidade do curso, “representando que além da isenção fiscal, as IES arrecadam mais receita com os bolsistas parciais, o que corresponde um incremento nos lucros.” (COSTA; FERREIRA, 2017, p. 152). O que demarca a capitalização dos recursos do Fundo Público para o setor privado dos serviços, ao invés de serem canalizados para instituições públicas de ensino. E ainda, uma superexploração da classe que vive do trabalho, parafraseando Antunes (2009). A lógica é cada vez mais capitalista e mercantilizadora, não só na política de educação, em diversos campos do social.

Contudo, o Prouni permite o acesso, mas não resolve a questão da permanência. Se analisarmos o perfil dos participantes da nossa pesquisa, veremos que são claros candidatos ao programa de assistência estudantil que existe para os estudantes das instituições federais. Esse que por sinal é desconhecido pelos egressos de Jaguaripe, pois 80,6% deles informaram que não conheciam o programa de assistência estudantil das universidades federais.

3.4 FATORES E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Muitos são os fatores que podem levar a não permanência no ensino superior, pois mesmo com a criação das medidas de expansão, temos observado um número maior de estudantes egressos das escolas públicas e de baixa renda ingressarem no ensino superior. Conquanto, se ingressar ainda é uma barreira para muitos, permanecer se constitui um desafio ainda maior para estudantes de baixa renda. Assim, “inegavelmente, não é suficiente ter acesso ao ensino superior para que tenhamos assegurada a situação de sucesso escolar, em que pese o debate sobre essa noção, a medida que, ao acesso, se segue o desafio da permanência” (TEIXEIRA, 2011, p. 36-37).

Em acréscimo, quando perguntamos quais fatores dificultam a permanência, a dificuldade financeira foi a resposta de sete dos nove que estavam cursando a graduação. As políticas de ingresso não garantem permanência, a dificuldade do aluno de menor renda se manter estudando é uma realidade e se as universidades públicas ainda não estão preparadas para receber esses alunos, as privadas muito menos.

Afinal, mesmo com o fato de o PROUNI arcar com as mensalidades, fica a questão de como os mais pobres poderão superar o fato de nas IES privadas serem inexistentes auxílio para moradia, alimentação e bolsas-auxílio, embora tal assistência seja requisito fundamental, em especial para o perfil dos estudantes selecionados (COSTA; FERREIRA, 2017 p. 158).

Ademais, embora fazer parte de uma família de baixa renda seja um dos requisitos para conseguir uma bolsa no Prouni, a garantia dessa bolsa não é garantia que esses estudantes possam arcar com as demais despesas. Além disso, sem condições reais de permanência, o que pode ocorrer é uma desistência desses cursos de graduação. Resta ao estudante e aos seus familiares, então, buscarem estratégias que possibilitem a permanência. Logo, nos interessa saber quais os fatores e as estratégias de permanência - algumas estratégias já foram citadas por nós ao longo desta seção.

Dessa maneira, a primeira, sem sombra de dúvidas, é o apoio familiar. As famílias criam uma rede de apoio, seja custeando a mensalidade do curso, os familiares que residem na cidade onde está inserido o campus que o aluno irá estudar permitem que o estudante resida em suas casas, o que diminui as despesas com o aluguel, ajudam a pagar a passagem para que o estudante consiga chegar à faculdade, entre outros meios. Análogo a isso, é o caso de Fernanda (25 anos): *“Meus familiares me ajudaram a custear as despesas de moradia e passagem, com a ajuda deles foi possível permanecer na faculdade apesar de não trabalhar”*. Fernanda (25 anos) faz parte dos que conseguiram ingressar, permanecer e concluir a graduação. Ela traz que seus familiares a ajudaram, o que nos permite entender que uma rede de apoio foi formada durante os anos de graduação para que ela tivesse a possibilidade de ingressar e concluir a graduação. Nessa direção, se isso não tivesse acontecido, uma possibilidade seria a sua desistência.

Já Tainá (26 anos) e Ítalo (29 anos), diante desse contexto, trazem as questões subjetivas como estratégias. Um afirma que focou na oportunidade que os pais estavam dando e outro diz que sua principal estratégia de permanência é a perseverança. O fato que todos foram perseverantes para conseguir ingressar, para permanecer, com as condições que são impostas, será necessário ainda mais perseverança.

Por fim, a principal estratégia de todos foi trabalhar, mesmo que esse atrapalhe os estudos, pois os impede de dedicar mais tempo a eles – por mais que esse seja o meio que possibilita a continuar no âmbito. A permanência só é possível mediante a realização de algum trabalho formal ou informal. A julgar pelo horário que cursam a graduação, o trabalho formal fica inviável, é o caso de Carol (25 anos), que estuda no período da tarde: *“Vendi brigadeiros, livros, produtos (perfumes, sabonetes...) para conseguir me manter”*.

Esse também é o caso de Jéssica (26 anos), que estuda em turno integral, ela relata: *"Já fiz tanta coisa pra continuar estudando, vendi trufas, trabalhei em serviços gerais, atendimento ao cliente e até mudei de estado para não precisar pagar aluguel"*. Até a mudança de estado foi necessária para que ela se mantivesse estudando. Percebemos que o mercado informal tem sido a principal estratégia de permanência, trabalhar com vendas de produtos, realizar trabalhos na casa de outras pessoas permitem uma maior flexibilização do horário, o que possibilita conciliar estudo e trabalho sem a necessidade de horários rígidos, o que é comum no mercado formal. Em contrapartida, o mercado informal gera maiores inseguranças a respeito da renda adquirida. Diante disso, vivem em constante insegurança, não sabem se conseguirão vender o suficiente, se terão clientes o suficiente, se o que vendem será capaz de custear todas as suas despesas.

Se o ingresso no ensino superior representar para esse grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade (ZAGO, 2006, p. 233).

Para permanecer estudando, os egressos precisam conciliar estudo e trabalho, o qual, muitas vezes, os impede de viver amplamente a vida acadêmica. Posto que trabalhar é vender seu tempo, sua força de trabalho, o que pode gerar a redução do tempo dedicado para os estudos.

O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma, entre outras circunstâncias (ZAGO, 2006, 235).

Se não existem políticas de assistência voltadas para esses estudantes, conciliar trabalho e estudo é a única possibilidade para a permanência. Para tanto, partem da perspectiva de que o ensino superior é um investimento que irá ampliar as chances futuras de trabalhar em melhores condições e mudar a realidade socioeconômica familiar. Para os egressos do ensino médio de escola pública do município de Jaguaripe (BA), para permanecer estudando é necessário a concomitância entre estudo-trabalho, se não a permanência se torna algo impossível.

Nessa conjuntura, a pesquisa evidenciou que existe uma descontinuidade entre o ensino básico público e o ensino superior, principalmente ao acesso ao ensino superior público. Os egressos do ensino médio de Jaguaripe são jovens e negros, fazem parte da classe

trabalhadora e querem continuar estudando, contudo, apenas o ensino que foi ofertado nas escolas públicas não foram suficientes para prepará-los para o Enem/vestibular.

Sobre tal afirmação, participaram da nossa pesquisa egressos que concluíram o ensino médio desde 2011 a 2020. Em nove anos, foram encontrados apenas nove jovens que conseguiram ingressar no ensino superior, nove jovens e nenhum deles ingressou no ensino superior no semestre seguinte ao da conclusão do ensino básico. O ensino médio ofertado não tem preparação para a prova do Enem, o nível de conhecimento exigido na prova não tem sido o mesmo ofertado na rede pública de ensino.

Em suma, o acesso ao ensino superior dos egressos das localidades de Cações, Mutá e Pirajuaia do município de Jaguaripe não tem sido algo fácil. Nota-se que mais de 50% dos que ingressaram pagam a mensalidade da faculdade ou a financiaram e precisarão arcar com os custos após a formação, os demais são bolsistas através do Prouni. Apesar de todas as limitações, o que foi surpreendente é saber que ao contrário do que evidenciam as estatísticas, aqueles que ingressaram no ensino superior estão cursando os cursos de sua primeira opção. Outrossim, quando perguntamos sobre os motivos da escolha do curso, a maioria colocou vocação.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar como intercorre o acesso e a permanência para os egressos do ensino médio de escola pública no município de Jaguaripe (BA). Embora a pesquisa tenha se limitado a falar de um município específico, ao longo dela percebemos que os dilemas, as dificuldades e as barreiras que existem para acessar e permanecer no ensino superior, sendo egresso de uma escola pública e vindo de uma família de baixa renda, fazem parte da realidade de muitos jovens no Brasil.

Ao refletir sobre esse cenário, percebemos que as políticas e as leis já existentes não são suficientes, a julgar pelos números de pessoas que, embora desejem, diariamente, têm seu direito à educação negado. Conquanto, não negamos os muitos avanços ocorridos nos últimos anos, entretanto, observamos que estamos vivendo tempos de retrocessos.

A educação tem sido sucateada ano após ano, os constantes cortes orçamentários destinados à educação e a assistência estudantil nos afetam diariamente. Não adianta criar leis e políticas de acesso ao ensino superior, se ao mesmo tempo reduzem recursos destinados às universidades públicas, inviabilizando o seu funcionamento, comprometendo o ensino, as pesquisas, a extensão e a assistência estudantil. Diga-se de passagem, sem assistência estudantil, a permanência de alunos de baixa renda fica completamente inviável.

Diante disso, é preciso políticas de democratização que ampliem o ensino público, que possibilitem acesso, mas que permitam a permanência e para isso é preciso maiores investimentos na assistência estudantil.

Como vimos neste trabalho, existe um quantitativo de egressos do ensino médio de Jaguaripe que, apesar da criação do REUNI, do SISU, do Prouni, FIES, ainda não conseguiram ultrapassar as barreiras impostas para assim ingressar e permanecer no ensino superior. Diante dessa realidade, a democratização da educação só é efetiva quando todos de fato tivermos acesso, quando o acesso à educação superior deixar de ser um sonho distante e fazer parte da nossa realidade. Quanto a isso, concordamos com Zago (2006, p. 228), se esse grupo não consegue ultrapassar as barreiras impostas ao longo de sua trajetória escolar, é preciso realizar mais estudos que permitam conhecer as condições dessa escolarização. É preciso, também, maiores investimentos na educação básica, possibilitar melhores condições de trabalho aos professores, pois, é fundamental preencher as lacunas deixadas em cada ano de escolarização na vida dos egressos da educação pública.

Ademais, ao mapearmos a trajetória acadêmica dos egressos do ensino médio de Jaguaripe, concluímos que não existe uma política de incentivo municipal, não existem políticas voltadas para assistência estudantil municipal. Logo, a família e o próprio indivíduo têm sido os principais e únicos responsáveis por assegurar sua própria permanência e em muitos casos o seu acesso, já que parte dos que ingressaram pagam as mensalidades dos cursos de graduação. Sem tais políticas de permanência, torna-se inviável para muitos egressos do município de Jaguaripe acessar o ensino superior, digo acessar já que existe a grande possibilidades de alguns ao longo do caminho terem conseguido uma nota que lhes permitissem ser aprovados no SISU e no Prouni. Mas, o fato de necessitarem mudar de cidade, ter que ter um local para morar e condições socioeconômicas para se manter levam muitos a abortarem o sonho de cursar uma graduação.

Outrossim, nos propomos analisar se a afirmação de Heringer (2013), de que existe uma baixa qualidade na maioria das escolas públicas de ensino médio, - o que dificulta mais estudantes ingressarem em uma instituição pública, além disso, existem as dificuldades enfrentadas por quem possui uma menor renda em permanecer estudando, já que embora existam políticas públicas, elas são insuficientes para dar conta da demanda existente - , era uma realidade em Jaguaripe. Desse modo, a partir da pesquisa realizada, isso se confirma: os egressos afirmam que a educação recebida no ensino médio não os preparou para o Enem, conseqüentemente, não os preparou de forma adequada para ingressar em uma instituição de ensino superior pública.

Ser estudante no Brasil não é tarefa fácil, se manter estudando requer muitos sacrifícios, muitos desses sacrifícios não seriam necessários se nos fossem dadas as condições necessárias para isso. Nas palavras de Carneiro e Sampaio (2011, p. 54), “Torna-se um estudante universitário, é aprender um ofício mesmo que temporário, para não fracassar no percurso acadêmico”, o ensino superior é completamente diferente da educação básica. A mudança por si só é desafiadora, atrelada às mudanças de cidade, de casa, a saudade da família, a nova rotina, a necessidade de aprender andar na capital, indefinição de moradia, de transporte, de mensalidade, de alimentação. Portanto, ingressar, permanecer e concluir a graduação, infelizmente, ainda não são tarefas fáceis na vida dos egressos da escola pública, de baixa renda e de cidades do interior.

Nessa conjuntura, essa pesquisa pode ser considerada um passo inicial na geração de dados municipais, há muito ainda a ser feito, principalmente saber se essa é uma realidade de todo município ou apenas das localidades de Cações, Mutá e Pirajuia. Além disto, o número de participantes impossibilitou fazer um levantamento do quantitativo dos egressos do ensino médio da escola pública das localidades de Cações, Mutá e Pirajuia, bem como ter a noção real do quantitativo de ingressos que ingressaram ou não no ensino superior, o que geraria dados municipais mais consistentes.

Em suma, reconhecidas tais lacunas, os objetivos foram alcançados, a análise a respeito do acesso e permanência dos egressos do ensino médio de Jaguaripe, mediante levantamento, bem como o mapeamento de sua trajetória (acadêmica/estudantil) e a investigação a respeito do conhecimento que tinham sobre as diferentes formas de ingresso no ensino superior durante o ensino médio foram realizadas. Desse modo, esse trabalho contribui com a temática trazendo uma reflexão acerca dos fatores que dificultam o acesso e a permanência de egressos do ensino médio de escolas públicas e de famílias de baixa renda.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BORGES, Raquel Silva ; BORGES, Maria. Célia. . O ensino superior brasileiro Pós-Constituição Federal de 1988. *Brazilian Journal of Development* , v. 7, p. 34343-34362, 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 88-110.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, M. C. Projeto Ético Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MARSIGLIA, Regina; GOMES,

Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 197-21

CUNHA, Célio da; LIMEIRA, Luciana Cordeiro. A consolidação do regime de cooperação e a criação de um sistema nacional de educação: da atualidade do manifesto dos pioneiros de 1932 ao novo plano nacional de educação. **RBP**, v. 31, n. 2, p. 419 - 435.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: . Acesso em 21 de outubro de 2021.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: . Acesso em 04 de outubro de 2019. BRASIL. Lei Federal Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil(De 16 de Julho de 1934).

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil (De 25 de março de 1824).

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891).

BRASIL. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946).

CARNEIRO, Ava ; SAMPAIO, S. M. R. . Estudantes de origem popular e afiliação institucional. In: SAMPAIO, S. (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. 1ed.Salvador: Edufba, 2011, v. , p. 0-273.

CARVALHO, C. H. A. O prouni no governo Lula e jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educ. Soc.**, Campinas, V. 27, n. 97, 2006.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N. I. B. O PROUNI na Educação Superior Brasileira: Indicadores de Acesso e Permanência no Brasil (2005-2010). **Avaliação** (Campinas) , 2016
COULON, A, TEIXEIRA, A. Interiorização do ensino superior público e filiação: E se eu conseguir uma vaga, como é que vai ser? *in*: SAMPAIO, S. M. R.

DAVID, CM. Política educacional brasileira e sua dimensão social; verso e reverso. In: DAVID, CM., et al., orgs. Desafios contemporâneos da educação [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, pp. 108-137.

FERNANDES, A. V. M. . A Nova Lei de Diretrizes e Bases: entre o texto e o contexto. Cadernos de Serviço Social (PUCCAMP) , Campinas, v. 8, n.12, p. 39-49, 1998.

FNDE. Promulgada a PEC que torna o FUNDEB permanente.

FNDE. Histórico. Disponível em;

<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/4752-hist%C3%B3rico>> Acesso em: 22 jan. 2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GOHN, M. da G. M. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970. **Revista científica**, v.11,n. 1, p. 23-38.

GISI., M. L. (2006). A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O CARÁTER DE DESIGUALDADE DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA. *Revista Diálogo Educacional*, 6(17), 97–112.

HAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?. *Revista Bras. Estud. Pedagóg.* 2012.

HERINGER, R. Ainda um sonho distante: expectativas de ingresso na educação superior na Cidade de Deus, Rio de Janeiro. *In: SAMPAIO, S. Observatório da vida estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude*. Salvador: Ed. EDUFBA, 2013. p.21-38.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Análise de Domicílio-PNAD, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Jaguaripe.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD CONTÍNUA- Pesquisa Nacional por Análise de Domicílio contínua.

INEP. Resultado do índice de desenvolvimento da educação básica /2019. Disponível em< https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resultados_indice_desenvolvimento_educacao_basica_2019_resumo_tecnico.pdf>. Acesso em 01 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população Brasileira 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2020.

INEP. Resultado do índice de desenvolvimento da educação básica /2019. Disponível em< https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resultados_indice_desenvolvimento_educacao_basica_2019_resumo_tecnico.pdf>. Acesso em 01 out. 2021.

KOWALSKI, A. V. Política pública da educação superior e suas atuais configurações no Brasil in: Os (Des) Caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos, 2012.

KRAWCZYK, N. O ensino médio no Brasil. São Paulo. Ação Educativa. 2009.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ENSINO MÉDIO E GESTÃO. Percentual de jovens de 15 a 17 anos que estão na escola ou fora da escola, 2018. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros/visualizacao/percentual-de-jovens-de-15-a-17-anos-que-estao-na-escola-ou-fora-da-escola_6d6f2c4f-9639-4707-9750-2079b547c5be> . Acesso em 02 nov. 2021.

PLANALTO. Emenda constitucional nº108 , de 26 de agosto de 2020.

PLANALTO. DECRETO Nº 6096, 24 DE ABRIL 2007.

PLANALTO. DECRETO Nº 9.034 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PLANALTO. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012.

PLANALTO. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.

PLANALTO. PNE EM MOVIMENTO. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS SUBNACIONAIS DE EDUCAÇÃO.

PLANALTO. Lei Nº 13. 005/2014. Disponível em:< PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014.

SANTOS, G. G. dos. **Observatório da vida estudantil: avaliação e qualidade no ensino superior: formar como e para o mundo?**.Salvador: Ed. EDUFBA, 2015. p.209-230.

SANTOS, L. C. dos, SOUZA, L. C. B. A efetivação do direito à educação: acesso, permanência e qualidade de ensino. **Revista eletrônica Extra**, 2021.

SENKEVICS, A. S. . A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. In: MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M.. (Org.). *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*. 1ed.Brasília: Inep, 2021, v. 3, p. 199-246.

SILVA, H. M. G. A condição socioeconômica e cultural e o acesso à educação básica. In: DAVID, C. M., et al., orgs. **Desafios contemporâneos da educação [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. *Desafios contemporâneos collection*, pp.

SILVA, M. L. L. **Previdência Social no Brasil**. (Des) Estruturação do Trabalho e Condições para a sua Universalização. Brasília , UnB: 2011. p. 77-127.

TEIXEIRA, A. M. F. Entre a Escola Pública E a Universidade longa travessia para jovens de origem popular. In: SAMPAIO, S. M. R. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2011. p. 27-51.

YIN, R. K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Ed. Penso, 2016.

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados

**O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO
COM OS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE JAGUARIFE -BA**

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "ENTRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE JAGUARIFE -BA", desenvolvida por Elisabete Chagas dos Santos, discente de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Adriana Ferriz.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é: Analisar o acesso e a permanência dos egressos do ensino médio das escolas públicas de Jaguaripe-BA no ensino superior.

O convite a sua participação se deve ao fato de ser um egresso do ensino médio do município de Jaguaripe e fazer parte das localidades de Cações, Mutá ou Pirajuia.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa.

nandav647@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta

Rascunho salvo.

*Obrigatório

Concordo em Participar

*

Sim!

Não!

1- Por qual nome você gostaria de ser chamado na pesquisa?

*

2- Qual sua Idade?

*

3- Cor/Etnia (marque 1 alternativa)

*

Branca

Preta

Amarela

Parda

Indígena

4- Gênero (marque 1 alternativa)

*

Feminino

Masculino

Outro

6- No momento eu estou:

*

Estudando

Trabalhando

Estudando e Trabalhando

Não estou nem estudando e nem trabalhando

7- Qual seu estado civil?

*

Solteiro

Casado

Viúvo

Separado

Em uma união estável

8- Possui filho(a)(s)?

*

Não!

Sim, 1 filho(a)

Sim, 2 filhos(as)

Sim, 3 filhos(as)

Sim, mais de 3 filhos

9-Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)

*

Moro sozinho

Uma a três

Quatro a sete

Oito a dez

Mais de dez

10- A casa onde você mora é?

*

Própria

Alugada

Cedida

11- Em que você trabalha atualmente?

*

Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.

Na indústria

Na construção civil.

No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.

Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal.

Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.

Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, etc)

Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, artesanato etc.)

Faço trabalho doméstico na casa de outras pessoas

Não trabalho

Outro.

12- Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

*

Nenhuma renda

Inferior a um salário mínimo (até R\$ 678,00)

De um a dois salários mínimo (de R\$ 1.212,00 até R\$ 2.424,00

De dois a quatro salários mínimos (R\$ 2.424,00 até R\$ 4,848,00

Acima de quatro salários mínimos (R\$ 4,848,00)

13- Qual é a sua participação na vida econômica de sua família?

*

Você não trabalha e seus gastos são integralmente custeados por outra pessoa.

Você trabalha e é independente financeiramente.

Você trabalha, mas não é independente financeiramente.

Você trabalha e é responsável pelo sustento da família.

14-Em que ano concluiu o ensino médio?

*

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

15-Depois do ensino médio quais as possibilidades foram apresentadas a você? (Escreva aqui se teve a possibilidade de cursar o ensino superior, fazer um curso, apenas trabalhar, ficou sem um tempo sem estudar)

*

16-Como você considera o ensino médio na época que estudou:

*

Bom!

Ótimo!

Regular

Ruim

Péssimo

17-Você considera que o ensino médio te preparou para vestibular e o ENEM? Justifique sua resposta

*

18-No ensino médio você desejava cursar o ensino superior?

*

Sim!

Não!

Não tinha certeza

19-No ensino médio você conhecia quais formas de ingresso para para o ensino superior ? (Pode marcar mais de uma alternativa)

*

ENEM

Vestibular

SISU

Prouni

Nenhuma

20-Você conhecia o programa de assistência estudantil das universidades Federais (auxílio moradia, transporte, alimentação, etc?)

*

Sim!

Não!

21- Você fez a prova do ENEM? Quantas vezes?

*

22- Você frequentou curso preparatório para o ENEM?

*

Não.

Sim: curso particular.

Sim: curso particular com bolsa parcial.

Sim: curso particular com bolsa integral.

Sim: curso público.

23-Nesse período quais foram os maiores desafios enfrentados para acessar o ensino superior ?

*

Não conhecer a formas de ingresso

Precisar mudar de cidade

Questões financeiras

Precisar trabalhar

Falta de apoio familiar

Não se aplica

24-Você conseguiu entrar no ensino superior?

*

Sim!

Não!

25-Se sua resposta anterior foi sim. Em que ano?

26-Qual o curso superior você fez/faz? (Informe caso tenha feito pós graduação)

27- Qual o principal motivo para você ter escolhido este curso? (Pode marcar mais de 1 opção)

*

Inserção no mercado de trabalho.

Influência familiar.

Valorização profissional.

Prestígio Social.

Baixa concorrência para ingresso

Proximidade da residência.

Possibilidade de conciliar trabalho e estudo.

Vocação

Outro motivo

Não se aplica

28-A instituição que cursou/ cursa o ensino superior é Pública ou privada?

*

Pública

Privada

Não cursei o ensino superior

29-A instituição superior estudei/estudo :

*

Universidade Federal

Universidade estadual

Centro de educação tecnológica- CEFET

Instituto Federal de Educação

Universidade Municipal

Privada/ Sou bolsista via Prouni

Financio pelo FIES

Privada/ Sou o único responsável pelo pagamento das mensalidades

Privada/ Um familiar é o responsável pelo pagamento da mensalidade

Privada/ Eu E um familiar somos responsáveis pelo pagamento da mensalidade

Não cursei o ensino superior

30-Caso tenha ingressado no ensino superior. Quais fatores você considera que contribuiu para sua inserção na universidade?

Apoio familiar

Condições socioeconômicas de se dedicar apenas ao estudo

Ensino apropriado no Ensino médio

Assistência Estudantil

Não cursei o ensino superior

31-Comente sua resposta anterior

32-O seu município forneceu assistência para sua permanência na ensino superior?

Sim!

Não!

Não cursei o ensino superior

33-Você precisou mudar de cidade para estudar?

*

Sim!

Não!

Ainda não cursei o ensino superior

34- Caso tenha mudado de cidade você:

*

Morou na casa de familiares / amigos

Alugou uma casa sozinha

Alugou uma casa com amigos

República, pensão, Residência universitária habitação coletiva etc

Não cursei o ensino superior

35- Meio de Transporte que utiliza para chegar à faculdade :(múltipla escolha, pode assinalar mais de um item).

*

A pé ou de bicicleta

ônibus.

metro e/ou trem.

carro/ moto (próprio

carro/ moto (carona)

Outros

Não cursei o ensino superior

36-Quantas horas por semana, aproximadamente, você pode dedicar aos estudos (exceto as horas de aula)?

*

Nenhuma, apenas assisto às aulas.

De uma a três horas.

Mais de três horas.

Não cursei o ensino superior

37- Durante a vida Acadêmica(Pode marcar mais de uma opção).

*

Fui contemplado com bolsa de iniciação científica (CNPq/Pibic, Pibex, etc.)

Realizei estágio na área do curso
 Participei dos eventos (palestras, seminários, etc.) realizados fora do campus
 Recebi algum auxílio-permanência (Transporte, Refeição, Moradia, outras)
 Não cursei o ensino superior.
 Nenhuma das alternativas

38- Qual o período você frequentava as aulas ?

*

Matutino
 Vespertino
 Noturno
 Integral
 Não cursei o ensino superior

39- Caso esteja estudando e trabalhando, Como você avalia ter estudado e trabalhado durante seus estudos?(Pode marcar mais de uma opção)

*

Atrapalhou meus estudos.
 Possibilitou meus estudos
 Possibilitou meu crescimento pessoal.
 Não atrapalhou meus estudos
 Precisava trabalhar para me manter estudando
 Não cursei o ensino superior
 Não trabalhei no período em que estava estudando

40- Quais fatores mais dificultam/ dificultaram a sua permanência (Pode marcar mais de uma opção)

*

Dificuldade financeira.
 Qualidade do curso
 Distância trabalho ao campus
 Questões pessoais (doença, etc.)
 Dificuldade de compreender as aulas
 Distância residência ao campus
 Dificuldade de ler os textos
 Outro
 Não cursei o ensino superior

41- Quais foram/ são suas principais estratégias para permanecer cursando o ensino superior ?
 Aqui você deve colocar o que fez para não ter que parar o curso. Ex. vender doces, fazer trabalhos acadêmicos para colegas etc.)

42- Depois de ingressar no ensino superior você precisou trancar o curso em algum momento.?

Não, ainda estou cursando
 Não, concluir sem precisar trancar o curso
 Sim!
 Sim, mas já retornei para o curso
 sim, desejei mudar de curso
 Sim, tranquei por questões financeiras
 Outro

Não cursei o ensino superior

43-Caso ainda não teve acesso ao ensino superior, quais fatores você considera que serviram de impedimento?

*

Falta de apoio familiar

Dificuldades financeiras

Precisar mudar de cidade

Não desejar cursar o ensino superior

Optar pelo trabalho

Não conseguir a nota necessária no Enem

Curvei o ensino superior

44-Comente a resposta acima

45-Você ainda pretende cursar? Caso a resposta seja negativa, quais os motivos de não desejar mais?

46- Qual principal motivo faria você voltar a estudar ou continuar estudando? (Pode marcar mais de uma opção)

*

Conseguir um emprego.

Progredir no emprego atual.

Conseguir um emprego melhor.

Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado

Atender à expectativa de meus familiares sobre meus estudos.

Não pretendo voltar a estudar

Estou cursando/ curvei o ensino superior